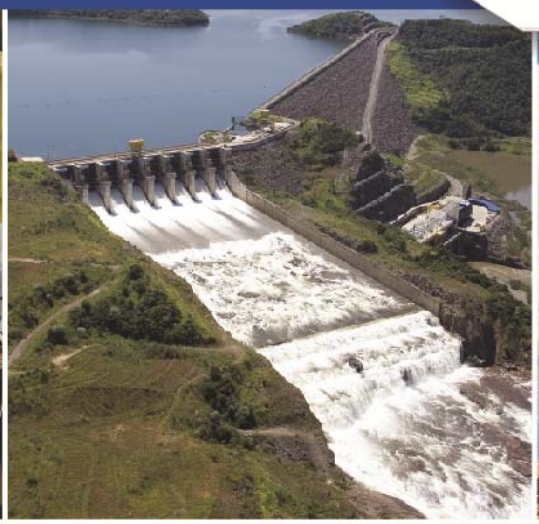
Tractebel Energia
GDF SUEZ




Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária de 30.04.2015

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 / NIRE Nº 42 3 0002438-4

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

TBLE3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA
IBOVESPA
Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2015
Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG
2014

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 30 DE ABRIL DE 2015, EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09)

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data da realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os documentos e informações estabelecidos nos seguintes incisos:

- **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9ª da ICVM 481/09)**

  As Demonstrações Contábeis Anuais Completas, que incluem o Relatório da Administração, foram arquivadas na CVM e BM&FBOVESPA no dia 30 de março de 2015 e serão publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Diário Catarinense, no dia 7 de abril de 2015. Tais documentos também estão disponíveis nos seguintes websites: da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

- **Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)**

  As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I do presente documento.

- **Relatório (Parecer) dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)**

  O Relatório (Parecer) dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas da Companhia.

- **Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver (Inciso V do artigo 9º da ICVM 481/09)**

  O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

- **Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (§ 1º do artigo 9º - Inciso I)**

  O formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) foi enviado pela Companhia no dia 30 de março de 2015, na mesma data da entrega do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Anuais Completas. Esse documento pode ser acessado pelos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br)

- **Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09 (§ 1º do artigo 9º - Inciso II)**

  As informações referentes ao anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão disponíveis no anexo II do presente documento.

- **Parecer do Comitê de Auditoria, se houver (§ 1º do artigo 9º - Inciso III)**

  A Companhia não possui Comitê de Auditoria.

- **Orçamento de capital**

  As informações referentes ao Orçamento de Capital estão apresentadas no anexo III.

- **Dados relativos aos candidatos indicados ou apoiados pela Administração da Companhia ou pelos acionistas controladores para as eleições de membros do conselho de fiscal da Companhia, conforme exigências contidas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência referenciado pela Instrução CVM 480/09 (Art. 10)**

  Os mencionados dados estão apresentados no anexo IV do presente documento.

- **Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do referido Formulário de Referência (Art.12)**

  Estas informações estão apresentadas no anexo V deste documento.

- **Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2014**

  A proposta está apresentada no anexo VI deste documento.

Anexo I

Artigo 9ª ICVM 480/09 – Inciso III – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência

10.1 Comentários dos diretores sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2014

Em 2014, ano marcado por uma severa estiagem, a Tractebel Energia manteve sua trajetória de resultados consistentes. Seu EBITDA e lucro líquido foram de R$ 2.895 milhões e R$ 1.383 milhões, respectivamente, um pouco inferiores aos alcançados em 2013, que foram de R$ 3.043 e R$ 1.437, respectivamente, a despeito da considerável elevação dos custos nas transações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para repor a energia elétrica que não foi possível gerar. O crescimento destes custos decorreu, substancialmente, da maior exposição da Companhia na CCEE em razão, principalmente, dos efeitos do maior fator de ajuste da garantia física, o GSF (Generation Scaling Factor), que ocorre quando a geração das usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é inferior à energia assegurada das usinas. Esta exposição foi agravada pelo aumento substancial do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), que passou do valor médio de R$ 258,19 em 2013 para R$ 675,81 em 2014.

A diversidade de suas fontes, aliada à gestão coordenada do planejamento e controle da oferta, do portfólio de contratos e da manutenção das usinas, permitiu à Companhia melhor enfrentar os desafios decorrentes da escassez de chuvas, confirmando a resiliência apontada pelo mercado como um dos seus principais diferenciais. Também contribuíram para o resultado esforços bem-sucedidos nas áreas tributária, regulatória e legal, que propiciaram ganhos não recorrentes, sem os quais o EBITDA e o lucro líquido teriam sido 13,0% e 17,7% menores que os de 2013.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de elevadas margens de lucro - O lucro líquido do exercício de 2014 atingiu R$ 1.383 milhões. Os efeitos dos eventos acima mencionados afetaram negativamente o lucro do exercício.
- Consistente geração de caixa operacional – O EBITDA consolidado, no conceito de lucro líquido mais imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas e depreciação e amortização, alcançou R$ 2.895 milhões no ano de 2014, 4,9% inferior ao de 2013. A margem EBITDA ficou em 44,7%.

- Baixo nível de endividamento – A relação "Endividamento total / EBITDA" em 31.12.2014 foi de 1,4 vezes e o "Endividamento líquido / EBITDA", na mesma data, foi de 0,8 vezes. Do total da dívida no final do exercício de 2014, 28,7% estava denominada em moeda estrangeira. No entanto, considerando-se as operações de *swap* contratadas, não há exposição a moedas estrangeiras ao final de 2014. Em 2014, a Companhia pagou antecipadamente a sua dívida em moeda estrangeira com o BNP Paribas, no valor equivalente a R$ 130 milhões, eliminando totalmente a sua exposição cambial.
- Manutenção da classificação de risco (rating) – Fitch Ratings: (i) Internacional - "BBB", e (ii) Nacional de Longo Prazo e da Segunda Emissão de Debêntures - "AAA(bra)"; Standard & Poor's: (i) Crédito corporativo de longo prazo, na escala nacional Brasil – "brAAA", e (ii) Crédito corporativo de curto prazo – "brA-1".
- Reduzido nível de inadimplência – Essa condição é resultado do rígido processo de análise de crédito e da diversificação do portfólio de clientes da Companhia.
- Crescimento sustentado - Sua capacidade instalada cresceu 62,5 MW em 2014. A expansão total do ano foi de 128,5 MW, por meio da aquisição parque gerador da Usina Termelétrica Ferrari, localizada em São Paulo, de 65,5 MW, e da entrada em operação das centrais eólicas Fleixeiras I e Mundaú, no Ceará – ambas de 30,0 MW e pertencentes ao Complexo Eólico Trairi – e da Usina Eólica Solar Cidade Azul, de 3,0 MW de pico, em Santa Catarina. As obras do Complexo Eólico Santa Mônica, no Ceará, com 97,2 MW de potência, seguiram seu curso para viabilizar sua entrada em operação em 2016. Ainda em 2014, foi iniciada a expansão da Usina Termelétrica Ferrari para 80,5 MW, que deverá ser concluída em 2015, bem como a Companhia adquiriu as empresas CLWP Brasil II Participações Ltda., CLWP Brasil III Participações Ltda., parte do Complexo Eólico Campo Largo, e os direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho, com potenciais de desenvolvimento 300 MW e de 600 MW, respectivamente.
- Comercialização de energia em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – A Companhia foi vitoriosa no leilão de energia nova para entrega a partir de 2019, promovido pela Aneel, em novembro de 2014, quando foram comercializados 386,9 MW médios de energia de três plantas: o Complexo Eólico Campo Largo (82,6 MW médios), a termelétrica a carvão Pampa Sul (294,5 MW médios) e a termelétrica a biomassa Ferrari (9,8 MW médios).
- Contratos de construção de usinas – Em 2014, a Companhia firmou contratos de construção das usinas pertencentes ao Complexo Eólico Santa Mônica, Usina Termelétrica Pampa Sul e Complexo Eólico Campo Largo. Estes dois últimos possuem valores indexados ao dólar norte-americano. Para proteção da totalidade dos compromissos contra as oscilações da moeda estrangeira, a Companhia contratou operações de Non-Deliberable Forward (NDF).
- Remuneração aos acionistas sem descapitalização financeira e alinhada às estratégias e aos planos de investimentos da Companhia - No ano de 2014 os dividendos propostos corresponderam a 55% do lucro líquido distribuível da Companhia.

- Manutenção da Companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA – Este é o décimo ano consecutivo que as ações da Companhia participam deste índice.
- Desvalorização da cotação das ações da Companhia - Ao longo do ano, as ações da Tractebel Energia registraram desvalorização de 1,3%, em relação a 2013, refletindo as incertezas do cenário macroeconômico e do setor elétrico, enquanto as ações que compõem o Ibovespa recuaram 2,9%.

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2013

No exercício de 2013, a Companhia – assim como as demais empresas do setor elétrico – foi afetada pelas decisões do Governo Federal relacionadas à forte estiagem que se prolongou desde o final de 2012. Entre elas estão a redistribuição do ônus da geração termelétrica adicional e a implantação de medidas complementares, no decorrer de 2013, que vieram em sentido oposto ao do planejamento das empresas. Estas medidas contribuíram de forma negativa para os resultados nas transações no mercado de curto prazo, inclusive na CCEE, cuja variação entre os anos de 2013 e 2012 foi uma despesa líquida adicional de R$ 316 milhões. Por outro lado, a Companhia apresentou um crescimento de 8,3% na sua receita líquida de venda para distribuidoras, clientes livres e comercializadoras. Diante desse cenário, o EBITDA da Companhia em 2013 foi ligeiramente inferior ao de 2012.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de lucros consistentes - O lucro líquido acumulado em 2013 atingiu 1.437 milhões. Os efeitos decorrentes das transações de curto prazo acima mencionadas bem como do impairment constituído, no valor de R$ 67 milhões, afetaram negativamente o lucro do exercício de 2013.
- Sólida geração de caixa operacional – O EBITDA consolidado, no conceito de lucro líquido mais imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização e impairment, alcançou R$ 3.043 milhões no ano de 2013, 1,9% inferior ao de 2012. A margem EBITDA ficou em 54,6%.
- Baixo endividamento – A relação "Endividamento total / EBITDA" em 31.12.2013 foi de 1,1 vezes e o "Endividamento líquido / EBITDA", na mesma data, foi de 0,7 vezes. Em 2013 a Companhia reduziu a sua dívida em moeda estrangeira com a quitação antecipada da dívida com o Tesouro Nacional no valor liquido de R$ 65 milhões, reduzindo a sua exposição cambial e gerando um ganho financeiro de quase R$ 50 milhões.
- Manutenção da classificação de risco (rating) – Fitch Ratings: (i) Internacional - "BBB", e (ii) Nacional de Longo Prazo e da Segunda Emissão de Debêntures - "AAA(bra)"; Standard & Poor's: (i) Crédito corporativo de longo prazo, na escala nacional Brasil – "brAAA", e (ii) Crédito corporativo de curto prazo – "brA-1".
- Reduzido nível de inadimplência – Essa condição é resultado do austero processo de análise de crédito e da diversificação do portfólio de clientes da Companhia.

- Crescimento sustentado – No primeiro trimestre de 2013, entrou em operação comercial a oitava e última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Estreito e, no quarto trimestre do mesmo ano, entraram em operação dois dos quatro parques eólicos em implantação do Projeto Trairí: a Central Eólica Guajiru e a Central Eólica Trairí. Ainda em 2013, a Companhia adquiriu projetos eólicos na Bahia, que permitirão o desenvolvimento de uma potência instalada de aproximadamente 206 MW.
- Recorde de geração – Em 2013 a produção total de energia atingiu 45.344 GWh, representando um aumento de 25,3% em relação ao ano anterior. Essa produção representou seu novo recorde anual de geração e foi possível ser atingido pela melhora na hidrologia em relação a 2012 e ao maior despacho de energia termelétrica. Contribuiu também para o atingimento dessa marca, a totalidade da capacidade instalada da Usina Hidrelétrica (UHE) Estreito e o início da operação comercial dos Parques Eólicos Trairí e Guajiru.
- Remuneração aos acionistas sem descapitalização financeira e alinhada às estratégias e aos planos de investimentos da Companhia – No ano de 2013 os dividendos propostos corresponderam novamente a 100% do lucro líquido distribuível Companhia, com redução da divida líquida da Companhia.
- Manutenção da Companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA - A Companhia participa desse índice desde a sua primeira edição em 2005.
- Valorização da cotação das ações da Companhia - Ao longo do ano, as ações da Tractebel Energia registraram valorização de 15,5%, em relação a 2012, sem contar a distribuição de proventos, com yield superior a 6%, enquanto as ações que compõe o índice do setor elétrico recuaram 8,8% e o Ibovespa 15,5%.

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012

O lucro líquido e o EBTIDA consolidado cresceram, respectivamente, 3,6% e 6,8% em relação aos resultados apurados no ano de 2011.

Cabe ponderar que ao longo do ano de 2012, em função das condições hidrológicas desfavoráveis no País houve uma redução de 24,9% na geração hidrelétrica da Companhia. Essa queda não necessariamente resultou em uma deterioração do resultado econômico-financeiro, visto que a Companhia participa da do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), onde compartilha os riscos da geração hidrelétrica com outros agentes. Tais condições foram responsáveis por uma maior necessidade de ativação do parque termelétrico do País, sendo que a geração desse tipo de energia pela Companhia apresentou uma evolução de 32,8%.

Tanto a hidrologia desfavorável quanto o maior despacho das usinas termelétricas fizeram com que os preços do mercado de curto prazo disparassem no final do ano de 2012, resultando em um preço médio superior em R$ 137,22 quando comparado a 2011. Essa ampliação do preço foi um dos fatores que contribuíram para que a Companhia obtivesse um incremento no resultado líquido positivo com as transações no mercado de curto prazo.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira favoráveis da Companhia:

- Geração de lucro crescente - No ano de 2012, a Companhia mais uma vez apresentou crescimento consistente de seus resultados, mesmo diante da continuidade do cenário de crise econômica global, do acanhado crescimento da economia brasileira, das variações dos preços do mercado de curto prazo e das alterações regulatórias estabelecidas pelo Governo Federal. O lucro líquido consolidado do exercício de 2012 foi de R$ 1.499 milhões, representando um aumento pelo nono ano consecutivo.
- Forte geração de caixa operacional - O EBITDA consolidado no ano de 2012 alcançou R$ 3.108 milhões. A margem EBTIDA atingiu 63,3%.
- Baixo nível de endividamento - A relação "Endividamento total / EBITDA" em 31.12.2012 foi de 1,1 vezes e o "Endividamento líquido / EBITDA", na mesma data, foi de 0,7 vezes.
- Ampliação dos limites possíveis de financiamento – A Companhia ampliou o compromisso contratual (*covenant*) relativo à 2ª emissão de debêntures de 2,5 vezes para 3,5 vezes a relação "Dívida bruta / EBITDA", com vistas a se preparar para a aquisição da Usina Hidrelétrica Jirau de sua controladora GDF SUEZ.
- Financiamento de projetos eólicos do Complexo Trairi – A Companhia, contando com a apresentação de uma sólida estrutura de garantias, viabilizou junto ao BNDES o financiamento das primeiras eólicas cujas vendas foram destinadas exclusivamente ao mercado livre, no montante total de R$ 358 milhões, equivalentes a 75% do total dos investimentos.
- Melhora da classificação de risco (*rating*) – A capacidade de honrar os seus compromissos financeiros foi elevada pelas agências de classificação de risco de primeira linha. Em 27.04.2012, a Fitch Ratings elevou o *rating* Internacional da Companhia de "BBB-" para "BBB", bem como o *rating* Nacional de Longo Prazo e da Segunda Emissão de Debêntures de "AA+(bra)" para "AAA(bra)", ambos com perspectiva estável. Já em 27.09.2012 a Standard & Poor's elevou o *rating* de crédito corporativo de longo prazo da Companhia, na escala nacional Brasil, de "brAA+" para "brAAA", com perspectiva estável e, reafirmou o *rating* de crédito corporativo de curto prazo "brA-1".
- Reduzido nível de inadimplência - Resultado do rigoroso processo de análise de crédito e da diversificação do portfólio de clientes da Companhia.
- Crescimento sustentado - Em agosto de 2012, a Usina Hidrelétrica Estreito atingiu 97,3% de sua energia assegurada total, com a entrada em operação da 7ª unidade geradora, contribuindo para o aumento da receita líquida da Companhia de R$ 191 milhões.
- Remuneração aos acionistas sem descapitalização financeira e alinhada às estratégias e aos planos de investimentos da Companhia - No ano de 2012 os dividendos propostos corresponderam novamente a 100% do lucro líquido distribuível Companhia.
- Manutenção da Companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA.

- Valorização da cotação das ações da Companhia – Em 31.12.2012 o valor das ações da Companhia apresentou uma evolução de 18,9% - sem a inclusão dos proventos - enquanto o Ibovespa cresceu 7,4% e as ações que compõe o índice do setor elétrico recuaram 11,7%.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

Estrutura de capital

A Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital com nível baixo de alavancagem financeira, o que possibilita a execução de estratégia de crescimento nos próximos anos.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.

Os principais componentes da estrutura de capital da Companhia são os seguintes:

Valores em R$ milhões	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012
Dívida bruta [1]	3.989	3.495	3.534
(-) Caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados	1.751	1.346	1.283
Dívida líquida	2.238	2.149	2.251
Dívida de longo prazo (% do total da dívida)	89,3%	81,0%	85,1%
Patrimônio líquido	5.655	5.365	5.503
Grau de alavancagem [2]	28,4%	28,6%	29,0%
Composição da estrutura de capital:			
- Capital próprio (patrimônio líquido/ passivo total)	41,5%	42,5%	44,7%
- Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante / passivo total)	58,5%	57,5%	55,3%

O reduzido nível de endividamento e a baixa alavancagem garantem uma situação de liquidez confortável para a Companhia.

Possibilidade de resgate de ações

Não há intenção da Administração da Companhia em proceder qualquer resgate de ações. A Companhia mantém a estratégia de continuar buscando realizar novos investimentos para, no mínimo, manter sua participação no mercado, que apresenta um cenário de crescimento de consumo de energia no Brasil para os próximos anos.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

[1] Contempla os empréstimos, os financiamentos e as debêntures, considerando os efeitos dos *hedges*.
[2] Dívida líquida/(Dívida líquida + Patrimônio líquido)

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Da mesma forma não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Administradores da Companhia, mediante análise dos indicadores de desempenho e da geração de fluxo de caixa, entendem que a Companhia, em situações normais de mercado, possui plenas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazo hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos. Os Administradores entendem ainda que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes. A companhia mantém a capacidade de pagamento para todos os seus compromissos financeiros. Nos últimos três exercícios sociais a Companhia quitou suas obrigações relevantes assumidas, tais como fornecedores, dividendos, dívidas, concessões a pagar, entre outros. A única exceção decorre de parte de valores a pagar a fornecedores de carvão adquirido com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), a partir do exercício de 2014, cujos pagamentos têm sido parcial em razão de atrasos verificados no recebimento do reembolso do consumo do carvão com recursos da CDE.

A relação "Endividamento total / EBITDA" da Companhia, em 31.12.2014, era de 1,4 vezes (1,1 vezes em 31.12.2013 e 31.12.2012), e a relação "EBITDA / Despesas financeiras" era de 5,2 vezes em 31.12.2014 (5,3 vezes em 31.12.2013 e 5,7 vezes em 31.12.2012).

A classificação de risco *(rating)* da Companhia é feita por duas agências de *rating*, a Standard & Poor's e a Fitch Ratings.

Em abril de 2014, conforme já comentado, a Fitch Ratings manteve o *rating* Internacional da Companhia em "BBB", bem como manteve o *rating* Nacional de Longo Prazo em "AAA(bra)", ambos com perspectiva estável. Essa revisão foi motivada pelos seguintes destaques, expostos no documento elaborado por essa agência: (i) sólido perfil financeiro consolidado; (ii) sustentado pela forte e previsível geração de fluxo de caixa operacional; (iii) baixa alavancagem; (iv) robusta posição de liquidez; e (v) cronograma alongado de amortização da dívida. Com isso os *ratings* da Companhia estão entre os melhores do seu setor de atuação.

Da mesma forma, em 29.12.2014 a Standard & Poor's manteve o *rating* de crédito corporativo de longo prazo da Companhia, na escala nacional Brasil, em "brAAA", com perspectiva estável. Nesta mesma data a agência também reafirmou o rating de crédito corporativo de curto prazo "brA-1". Segundo o relatório dessa agência, a manutenção dos *ratings* reflete a expectativa de que mesmo com a possível aquisição da UHE Jirau, a Companhia ainda continuará a se beneficiar de fortes métricas financeiras, com uma dívida ajustada total sobre o EBITDA abaixo de 4x, mesmo se a compra de Jirau for 100% financiada por dívida.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização de parte de sua geração de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Companhia é o BNDES, diretamente e/ou por meio de Bancos Repassadores do BNDES. Estas instituições financeiras usualmente oferecem taxa de juros e prazos de pagamento compatíveis com o retorno dos projetos de geração de energia.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento via BNDES, a Companhia pode recorrer a outras fontes de financiamento incentivadas, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), ao mercado de capitais, por meio da emissão de notas promissórias e/ou debêntures ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequados. A Companhia avalia constantemente alternativas de financiamento de suas operações.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia utilizou como principal fonte de financiamento para os seus projetos o BNDES e Bancos Repassadores. Nesses contratos, de maneira geral, há uma relação "padrão" para a obtenção destas linhas de créditos, que se situa na faixa de 30% de capital próprio e 70% para itens financiáveis.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em que pese a Administração não preveja qualquer situação de deficiência de liquidez, a Companhia possui linhas de crédito previstas (capital de giro, financiamento de longo prazo e fiança bancária) perante instituições financeiras de primeira linha no montante global de aproximadamente R$ 4,9 bilhões.

Além disso, em razão dos elevados *ratings* atribuídos pelas agências de classificação de risco, a Companhia tem acesso rápido ao mercado de capitais para eventuais necessidades de levantamento de recursos financeiros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As principais informações sobre as dívidas contratadas com Instituições Financeiras estão descritas a seguir:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Principais condições contratadas dos empréstimos e financiamentos

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2014	Saldos em 31.12.2013	Saldos em 31.12.2012
		Vencimento	Principal e juros			
Controladora:						
Moeda nacional						
Bank of America Merril Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: a partir de 07.2013 Trimestrais	-	292	435
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: a partir de 10.2015 Trimestrais	161	151	-
BNDES – Modernização	TJLP + 2,26% a.a. (a)	07.2020	Mensais, a partir de 08.2016 Juros: trimestrais até 08.2016	127	-	-
BNDES – Usina São Salvador	TJLP + 2,7% a.a. (a)	10.2023	Mensais	142	158	-
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,25% a.a. (a)	10.2023	Mensais	286	319	-
Bancos (Repasse Finame)	2,91% a.a.	01.2023	Mensais, a partir de 02.2015 Juros: trimestrais até 02.2015	17	13	-
Moeda estrangeira (euro)						
BNP Paribas (*Floating Rate Notes*)	*Euribor* + 2,75% a.a.	11.2015	Anuais	-	129	112
Moeda estrangeira (dólar)						
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04.2024	Semestrais	-	-	104
HSBC USA I	1,3882% a.a. com swap para 99,9% do CDI	08.2015	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais	238	211	-
HSBC USA II	1,4294% a.a. com swap para 97% do CDI	03.2016	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	263	-	-
HSBC USA III	1,7871% a.a. com swap para 99% do CDI	10.2016	Principal: 10.2016 Juros: trimestrais	211	-	-
HSBC USA IV	1,8104% a.a. com swap para 98,6% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	132	-	-
Mizuho Bank	1,7260% a.a. com swap para 96,02% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	235	-	-
Bank of Tokyo	114,2857% Libor + 0,5486% a.a. com swap para 98% do CDI	12.2016	Principal: 12.2016 Juros: trimestrais	131	-	-
Controladas:						
Hidropower - Banco do Brasil	8,08% a.a. (c)	10.2017	Mensais	11	15	19
Companhia Energética Estreito						
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais	18	22	21
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. (a)	09.2029	Mensais	785	839	892
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 2,95% a.a. (a)	09.2029	Mensais	534	570	606
Ibitiúva						
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	21	26	30
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. (a)	01.2021	Mensais	22	25	29

Continua na próxima página

Continuação

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2014	Saldos em 31.12.2013	Saldos em 31.12.2012
		Vencimento	Principal e juros			
Ferrari						
BNDES	TJLP + 1,91% a.a. [a]	06.2021	Mensais	27	-	-
Bancos (Repasse BNDES) [b]	TJLP + 3,40% a.a. [a]	06.2021	Mensais	12	-	-
Beberibe - BNDES	TJLP + 3,5% a.a. [a]	12.2023	Mensais	80	86	91
Pedra do Sal - BNDES	TJLP + 1,92% a.a. [a]	12.2023	Mensais	54	58	62
Areia Branca – BNDES	TJLP + 2,5% a.a. [a]	06.2024	Mensais	45	50	55
Projeto Trairí [c] **–** BNDES	TJLP + 2,51% [a]	07.2029	Mensais	337	359	205
Companhia Energética São Salvador [d]						
BNDES	TJLP + 2,7% a.a.	10.2023	Mensais	-	-	174
Bancos (Repasse BNDES) [b]	TJLP + 3,25% a.a. [a]	10.2023	Mensais	-	-	351

[a] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.
[b] Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.
[c] Financiamento do Projeto Trairí, composto pelas seguintes empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.
[d] A CESS foi incorporada à Companhia em 30.12.2013.

Informações adicionais sobre os contratos de empréstimos e financiamentos de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

Os saldos em 31.12.2014 dos contratos abaixo listados se encontram na tabela do item f(i) anteriormente apresentado.

Tractebel Energia

- Bank of America Merrill Lynch

Em julho de 2014, a Companhia liquidou o empréstimo contratado junto ao Bank of America Merril Lynch. O valor original do empréstimo era de US$ 274 milhões de dólares norte americano, equivalente a R$ 430 milhões.

Fez parte da transação negociada com o Bank of America Merrill Lynch a contratação de uma operação de *swap* com a sua subsidiária brasileira, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, no valor de R$ 430 milhões, através da qual a Companhia mantinha uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 2,6236% a.a. e uma posição passiva equivalente a 98% do CDI. Em consequência, o efeito no resultado financeiro da Companhia decorrente da contratação dos referidos instrumentos financeiros foi o equivalente a 98% do CDI.

- Nordic Investment Bank

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao Nordic Investment Bank (NIB), no montante de R$ 143 milhões, correspondentes a US$ 70 milhões. O recebimento ocorreu no dia 22.01.2013, no valor de R$ 142 milhões, líquido dos custos de captação de R$ 1 milhão. O prazo de amortização é de 10 anos, a partir de outubro de 2015, e os encargos financeiros sobre o empréstimo são IPCA + 3,55% ao ano.

- BNDES – Modernização parque gerador

Em setembro de 2014, a Companhia assinou contrato com o BNDES, no valor de R$ 318 milhões, para financiamento da modernização das usinas Salto Santiago, Passo Fundo e Jorge Lacerda A. Em novembro de 2014, foram liberados R$ 127 milhões referentes à parcela dos recursos destinados às duas primeiras usinas. Do total do financiamento, R$ 273 milhões terão juros equivalentes a TJLP + 2,26% e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020; R$ 43 milhões pagarão juros fixos de 6% a.a. e amortizações mensais entre agosto de 2016 e julho de 2024; e R$ 2 milhões terão juros correspondentes a TJLP e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020.

- BNP Paribas (*Floating Rate Notes*)

Em novembro de 1999, a Companhia emitiu 40 milhões de Euros em *Floating Rate Notes* (*Notes*) no mercado internacional, em regime de colocação privada, com vencimento em novembro de 2007, tendo o Citibank N.A. London atuado como agente emissor e pagador das *Notes*. Essa dívida foi renegociada na data do seu vencimento original, passando a ter prazo de oito anos, com vencimento em novembro de 2015, e remuneração pela taxa *Euribor,* acrescida de *spread* de 2,75% ao ano (a.a.) sobre o saldo devedor do principal, a serem pagos anualmente. Em novembro de 2014, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade da dívida, no valor equivalente a R$ 130 milhões, representando seu valor de mercado.

- Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Em setembro de 2013, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade das suas dívidas contratadas junto à STN, no valor de R$ 65 milhões.

- Empréstimos tomados em moeda estrangeira

A Companhia contratou, durante os anos de 2013 e 2014, empréstimos em moeda estrangeira com os bancos HSBC USA, Mizuho Bank e Bank of Tokyo.

A Política de Investimentos e Derivativos da Companhia estabelece que a utilização de instrumentos financeiros derivativos fica restrita à proteção de riscos (*hedge*) e deve ser mantida correlação estreita quanto ao perfil da dívida, volumes e prazos.

Desta forma, a Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou operações de *swap* para a totalidade dos empréstimos contratados em moeda estrangeira, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira. Com isso, a Companhia manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros e uma posição passiva equivalente a variação do CDI. O vencimento do principal e a amortização dos juros dos empréstimos e dos *swaps* ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

As principais condições dos empréstimos e das operações de *swap* são as seguintes:

		Valor		Empréstimo e posição ativa do *swap*	Posição passiva do *swap*	
Bancos	**Mês/Ano**	**US$**	**R$**	**Δ US$ + Juros (a.a.)**	**Δ do CDI**	**Vencimento**
HSBC USA	08.2013	90	207	1,3882 %	99,9% do CDI	08.2015
HSBC USA	03.2014	100	231	1,4294 %	97,0% do CDI	03.2016
HSBC USA	10.2014	80	200	1,7871 %	99,0% do CDI	10.2016
HSBC USA	12.2014	50	128	1,8104%.	98,6% do CDI	12.2016
Mizuho Bank	12.2014	90	234	1,7260 %	96,02% do CDI	12.2016
Bank of Tokyo	12.2014	50	128	114,2857% da Libor + 0,5486%	98,0% do CDI	12.2016
		460	**1.128**			

Em função das características destes instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o registro dos mesmos. Assim, tanto o instrumento de *hedge* (*swap*) quanto o empréstimo objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros.

Controladas consolidadas na Tractebel Energia

Os seguintes financiamentos com o BNDES e os Bancos (Repasse BNDES) foram contratados na modalidade *Project Finance.* Para tal foram constituídas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) para a implantação dos respectivos projetos.

- Companhia Energética Estreito (CEE)

Em março de 2008, a subsidiária CEE assinou contrato de financiamento com o BNDES e com os Bancos (Repasse BNDES) Itaú Unibanco, Bradesco e Votorantim, no valor original de R$ 1.358 milhões, para a construção da Usina Hidrelétrica Estreito.

- Mundaú, Guajiru, Fleixeiras I e Trairí

Em maio de 2012, as controladas indiretas Mundaú, Guajiru, Fleixeiras I e Trairí assinaram financiamento junto ao BNDES destinado à implantação de seus parques eólicos do Complexo Trairí, no Estado do Ceará. O montante total financiado foi de R$ 358 milhões, dos quais ainda se encontra pendente de liberação apenas R$ 1 milhão, referentes ao subcrédito Social.

Garantias dos empréstimos e financiamentos

A Companhia mantém garantia para os empréstimos e financiamentos a seguir descritos. Para os demais empréstimos da Companhia não há garantias concedidas pela Companhia.

- Bank of America Merrill Lynch

A garantia do empréstimo era uma Nota Promissória no valor de US$ 274 milhões em favor do Bank Of America N.A. Conforme já mencionado a Companhia liquidou o empréstimo em julho de 2014.

- BNDES e Bancos (Repasse BNDES) anteriormente mencionados

Os financiamentos de empreendimentos hidrelétricos têm as seguintes garantias: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, para o contrato da CEE, há também o penhor dos dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora, GSELA.

- BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - financiamento oriundo da Usina Hidrelétrica São Salvador, incorporado pela Tractebel Energia

Devido à incorporação, as garantias do respectivo financiamento foram substituídas por fiança bancária para a parcela do BNDES e para os bancos repassadores será mantida apenas a conta centralizadora de recebíveis.

- BNDES - Projetos eólicos

As garantias dos projetos eólicos são as que seguem: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Tractebel Energia.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia. Em 31.12.2014, 31.12.2013 e 31.12.2012 a Companhia possuía as seguintes emissões vigentes:

			Condições de Pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Juros/variação monetária	Principal	Saldos em 31.12.2014	Saldos em 31.12.2013	Saldos em 31.12.2012
2ª Emissão – série única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em maio	3 parcelas em 05.2012/13/14	-	174	329
5ª Emissão – série única	165.000	IPCA + 6,3% a.a.	Anualmente em dezembro	3 parcelas em 12.2022/23/24	163	-	-

Informações adicionais sobre as debêntures

- Pagamento da terceira parcela das debêntures da 2ª emissão

Em maio de 2014, foi realizado o pagamento da terceira e última parcela das 2ª emissão de debêntures no valor de R$ 185 milhões.

- Quinta emissão de debêntures

Em dezembro de 2014, a Companhia emitiu 165.000 debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, de série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R$ 1, perfazendo na data de emissão, o montante total de R$ 165 milhões. Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 6,3% a.a., incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento dessa remuneração será anual, ocorrendo o primeiro em 15.12.2015. O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, nas datas de 15.12.2022, 15.12.2023 e 15.12.2024.

A liquidação da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 23.12.2014 e os recursos obtidos destinam-se a modernização da UHE Salto Santiago e UHE Passo Fundo.

Os custos das transações incorridos na captação de recursos através dessa emissão foram de R$ 3 milhões, os quais foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido. Dessa forma a taxa de juros efetiva das debêntures para fins de apropriação da despesa de juros contábil será de 6,4% a.a.

(ii.i) Concessões a pagar

Além dos empréstimos, financiamentos e debêntures, a Companhia possui passivo financeiro relativo às concessões onerosas para o Uso do Bem Público (UBP) para a geração de energia elétrica nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Os valores contratuais estão ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para as concessões a pagar de Cana Brava, São Salvador e Estreito foi de 10,0% a.a. e da Ponte de Pedra foi de 8,3% a.a.

Valores originais contratados

Os valores originais, atualizados pela variação anual do IGP-M (Cana Brava e Ponte de Pedra) e do IPCA (Estreito e São Salvador), a seguir indicados em milhares de reais, são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais abaixo informados.

	Valor original		Valor atualizado	
Usinas e anos de pagamento	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Usina Hidrelétrica Cana Brava				
Até 31.07.2023	1	6	3	22
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61	613	231	2.308
		619		**2.330**
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra				
Até 30.09.2019	-	1	1	3
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16	16	54	54
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31	436	103	1.448
		453		**1.505**
Usina Hidrelétrica São Salvador				
Até 30.04.2037	20	**448**	49	**1.127**
Usina Hidrelétrica Estreito				
Até 31.12.2037	2	**45**	5	**113**

O valor presente da obrigação relativa às mencionadas concessões, registrado no balanço de 31.12.2014, é de R$ 1.766 milhões (R$ 1.595 milhões em 31.12.2013 e R$ 1.429 milhões em 31.12.2012), sendo: R$ 669 milhões para Cana Brava, R$ 588 milhões para Ponte de Pedra, R$ 463 milhões para São Salvador e R$ 46 milhões para Estreito.

(ii.ii) - Outros passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos registrados pela Companhia são os seguintes: imposto de renda e contribuição social a pagar, outras obrigações fiscais e regulatórias, dividendos e juros sobre o capital próprios, fornecedores, provisão para remunerações e encargos, provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, obrigações com benefícios de aposentadoria, obrigações vinculadas à aquisição de investimentos, obrigações com pesquisa e desenvolvimento, imposto de renda e contribuição social diferidos e demais obrigações.

Em resumo, o conjunto das dívidas com instituições financeiras (empréstimos, financiamentos e debêntures), das concessões a pagar e dos outros passivos circulantes e não circulantes resultam em 31.12.2014 em um montante total de R$ 7.966 milhões (R$ 7.273 milhões em 31.12.2013 e R$ 6.808 milhões em 31.12.2012).

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

A companhia não adota nenhuma política de subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações contábeis e, dessa forma, em caso de uma eventual situação de recuperação judicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05 para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

a) Empréstimos e financiamentos

A Companhia está sujeita aos seguintes compromissos contratuais (*covenants)* - índices e limites financeiros - estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	***Covenants***
Controladora:	
Banck of America Merril Lynch	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 3,5
Nordic Investment Bank	Controladora: Dívida total/EBITDA ≤ 3,5 Consolidado: Dívida Total/EBITDA ≤ 4,5 Controladora e Consolidado: EBITDA/despesas financeiras ≥ 2,0
BNDES - Modernização	Dívida líquida/EBITDA ≤ 3,5
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) – Usina São Salvador	Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 4,5
HSBC USA, Mizuho Bank e Bank of Tokyo	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 4,5
Controladas:	
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Índice de cobertura do serviço da dívida[3] ≥ 1,2 ou 1,3, dependendo da controlada
BNDES - Ibitiúva	Índice de endividamento geral ≤ 0,80 Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

A Tractebel Energia, na condição de controladora e garantidora do financiamento da CEE com o BNDES, precisa cumprir o seguinte índice financeiro: Dívida consolidada/EBITDA ≤ 3,5.

[3] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

Os empréstimos contratados junto ao BNDES são formalizados mediante a celebração de contratos de financiamento mediante abertura de linha de crédito e estão sujeitos às disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

Nos termos dessas disposições, adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela anteriormente apresentada, os tomadores de empréstimo não podem, sem a prévia autorização do BNDES: (i) conceder preferência a outros créditos; (ii) realizar amortização de ações; (iii) emitir debêntures; (iv) emitir partes beneficiárias; (v) assumir novas dívidas, observadas as ressalvas expressamente previstas nas disposições aplicáveis aos contratos do BNDES; (vi) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente; e (vii) distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, em algumas controladas.

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

b) Debêntures

Dívida	*Covenants*
2ª Emissão – série única	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 3,5
5ª Emissão – série única	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida bruta consolidada/EBITDA ≤ 4,5

Adicionalmente aos compromissos financeiros descritos na tabela, nos termos das escrituras de emissão das debêntures, a Companhia deve obedecer às restrições descritas a seguir, sob pena de vencimento antecipado das dívidas representadas pelas debêntures: (i) inadimplemento por prazo superior a dois dias úteis de pagamentos definidos na escritura de emissão das debêntures; (ii) descumprimento por prazo superior a cinco dias úteis após o recebimento de comunicação remetida pelo Agente Fiduciário de qualquer obrigação não pecuniária definida na escritura de emissão das debêntures; (iii) não pagamento de quaisquer obrigações que, individual ou em conjunto, sejam iguais ou superiores a R$ 100 milhões; (iv) vencimento antecipado de qualquer dívida cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$ 100 milhões; (v) protesto de títulos de responsabilidade da Companhia ou qualquer de suas controladas; (vi) liquidação, dissolução, extinção ou qualquer forma de reorganização societária das controladas da Companhia e da própria Companhia, exceto se a(s) sociedade(s) sucessória(s) forem, também, controladas, direta ou indiretamente, por empresa do grupo econômico no qual a Companhia está inserida; (vii) pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência ou qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia ou de suas controladas; (viii) requerimento ou decretação de falência da Companhia ou de suas controladas, exceto se tal requerimento for contestado e houver comprovação de depósito elisivo no prazo legal, se aplicável; (ix) cisão, fusão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária da Companhia, exceto se: (ix.i) a alteração for aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas; (ix.ii) for garantido o direito de resgate aos debenturistas que não concordarem com a reorganização; ou (ix.iii) a sociedade sucessora for controlada, direta

ou indiretamente, por empresa do mesmo grupo econômico da Companhia; (x) alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia; (xi) alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, e que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Companhia; (xii) intervenção ou perda da concessão/autorização que represente mais de 25% de sua capacidade instalada, e que comprovadamente afete a capacidade econômico financeira da Companhia; (xiii) transformação do tipo societário da Companhia; (xiv) redução do capital social da Companhia, exceto se aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas; (xv) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures; (xvi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros dos direitos e das obrigações assumidas com a emissão das debêntures, sem que haja a prévia autorização dos debenturistas; (xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorização, concessões, subvenções, alvarás ou licenças necessárias para o exercício das atividades da Companhia que implique na interrupção ou suspensão de 25% da capacidade de geração da Companhia e cause um efeito significativo na capacidade da Companhia cumprir com as obrigações advindas da Escritura de emissão das debêntures; (xviii) não cumprimento de qualquer decisão judicial, administrativa ou sentença judicial, transitada em julgado e que não caiba recurso ou sentença arbitral não sujeita a recurso, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 100 milhões; (xix) não manutenção de classificação de risco corporativo igual ou superior a AA, em escala local, pela Standard & Poor's, Fitch ou nota equivalente pela Moody's; e (xx) utilização dos recursos provenientes da emissão das debêntures conforme descrito na Escritura de emissão da mesma.

Os *covenants* financeiros e restrições estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A controlada CEE contratou com o BNDES e os Bancos (Repasse BNDES) um financiamento suplementar para a construção da UHE Estreito, no valor de R$ 308 milhões, dos quais R$ 2 milhões ainda estão pendentes de liberação. A previsão da Companhia é que tais recursos sejam liberados até junho de 2015.

A Companhia mantém junto ao BNDES financiamento para a Modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo e da Usina Termelétrica Jorge Lacerda A, no valor de R$ 318 milhões. O projeto de modernização das usinas citadas encontra-se em execução e até o momento foram sacados R$ 127 milhões. O saldo a sacar é de R$ 191 milhões e a previsão da Companhia é que tais recursos sejam liberados até outubro de 2017.

A Companhia também possui saldo a sacar no montante de R$ 4 milhões em contratos de PSI Finame com bancos repassadores de recursos do BNDES, cuja expectativa de realização é até dezembro de 2015.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Reclassificação e ajuste de saldos contábeis

- CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada – Benefícios a empregados

As práticas contábeis relativas ao reconhecimento e mensuração dos Benefícios a empregados foram alteradas e sua adoção se tornou obrigatória a partir de 01.01.2013.

A nova norma eliminou a abordagem do método do "corredor", que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários passarão a ser reconhecidos diretamente na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido.

Ademais, o cálculo da rentabilidade de ativos do plano passou a ser realizado com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente das obrigações com benefícios de aposentadoria.

Em consequência, a Companhia ajustou retrospectivamente a 01.01.2012 os direitos, obrigações e resultados com benefícios de aposentadoria e os respectivos efeitos no imposto de renda e contribuição social diferidos.

- Reclassificação da conta de combustível a reembolsar

A Companhia, até o exercício findo em 31.12.2012, apresentava os valores dos combustíveis reembolsáveis com os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) líquidos dos montantes a pagar aos fornecedores de combustíveis. A partir de 2013, estas transações passaram a ser apresentadas segregadas no ativo e passivo da Companhia. De modo a permitir a comparabilidade entre as informações contábeis, os saldos das citadas contas relativas a 31.12.2012 e 01.01.2012 foram reclassificadas.

- Ajustes e reclassificações decorrentes dos procedimentos acima mencionados

Os efeitos nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado consolidados, antes e após os ajustes retrospectivos, em milhares de reais, são os seguintes:

(i) Efeitos no balanço patrimonial em 31.12.2012

	Saldos em 31.12.2012		
	Publicado	**Ajustes**	**Ajustado**
Ativo circulante	**1.985**	**46**	**2.031**
Combustível a reembolsar	-	48	48
Outros ativos circulantes	81	(2)	79
Ativo não circulante	**10.279**	**1**	**10.280**
Outros ativos não circulantes	64	1	65
Total do Ativo	**12.264**	**47**	**12.311**
Passivo circulante	**1.689**	**47**	**1.736**
Fornecedores	218	47	265
Passivo não circulante	**5.111**	**(39)**	**5.072**
Obrigações com benefícios de aposentadoria	275	(59)	216
Imposto de renda e contribuição social diferidos	179	20	199
Patrimônio líquido	**5.463**	**39**	**5.503**
Reservas	3.015	(9)	3.006
Outros resultados abrangentes	-	48	48
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**12.264**	**47**	**12.311**

(ii) Efeitos nos resultados do exercício findo em 31.12.2012

	Publicado	**Ajustes**	**Ajustado**
Constituição de despesas operacionais, líquidas	(29)	(8)	(37)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**2.547**	**(8)**	**2.539**
Resultado financeiro	(447)	(6)	(453)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**2.100**	**(14)**	**2.086**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(600)	5	(595)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.500**	**(9)**	**1.491**
Lucro Líquido por ação – básico e diluído – R$	**2,30**		**2,28**

h.1) Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

Valores em R$ milhões	31 de dezembro de 2014	% da receita	2013	% da receita	2014 *versus* 2013 (%)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**6.473**	**100,0**	**5.569**	**100,0**	**16,2**
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda	(1.276)	19,7	(776)	13,9	64,4
Transações no mercado de energia de curto prazo	(1.040)	16,1	(638)	11,5	63,0
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(333)	5,1	(308)	5,5	8,1
Custo de produção de energia elétrica	(1.301)	20,1	(1.165)	20,9	11,7
Custo dos serviços prestados	(25)	0,4	(25)	0,4	-
	(3.975)	**61,4**	**(2.912)**	**52,3**	**36,5**
LUCRO BRUTO	**2.498**	**38,6**	**2.657**	**47,7**	**(6,0)**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(17)	0,3	(19)	0,3	(10,5)
Despesas gerais e administrativas	(181)	2,8	(178)	3,2	1,7
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	(73)	1,3	(100,0)
Outras receitas operacionais, líquidas	3	(0,0)	-	-	-
	(195)	**3,0**	**(270)**	**4,8**	**(27,8)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**2.303**	**35,6**	**2.387**	**42,9**	**(3,5)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	207	(3,2)	183	(3,3)	13,1
Despesas financeiras	(553)	8,5	(568)	10,2	(2,6)
	(346)	**5,3**	**(385)**	**6,9**	**(10,1)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.957**	**30,2**	**2.002**	**35,9**	**(2,2)**
Imposto de renda e contribuição social	(574)	8,9	(565)	10,1	1,6
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.383**	**21,4**	**1.437**	**25,8**	**(3,8)**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	**2,12**		**2,20**		
EBITDA	**2.895**	**44,7**	**3.043**	**54,6**	**(4,9)**

Receita líquida de vendas

Na comparação entre 2014 e 2013, houve uma ampliação da receita líquida de vendas de R$ 904 milhões, ou 16,2%, passando de R$ 5.569 milhões em 2013 para R$ 6.473 milhões em 2014. Essa elevação decorreu essencialmente da seguinte combinação: (i) R$ 352 milhões - aumento do preço médio líquido de venda; (ii) R$ 218 milhões – elevação da quantidade de energia vendida; (iii) R$ 177 milhões – acréscimo da receita nas transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE; (iv) R$ 160 milhões – recomposição de receita que a Companhia deixou de auferir na CCEE em razão da paralização temporária da geração, motivada por sinistros ocorridos em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda; e (v) R$ 6 milhões – redução da receita de venda de crédito de carbono.

- Preço médio líquido de vendas

Em 2014, o preço médio de venda de energia, líquido dos tributos sobre a receita, foi de R$ 149,20/MWh, 6,6% superior ao praticado em 2013, de R$ 139,97/MWh. A elevação ocorreu essencialmente em razão da atualização monetária dos contratos existentes.

- **Volume de vendas**

A quantidade de energia vendida no ano de 2014 foi de 37.072 GWh (4.232 MW médios), crescimento de 1.627 GWh (186 MW médios), ou 4,6%, na comparação com 2013, quando o volume foi de 35.445 GWh (4.046 MW médios). Tal variação é decorrente principalmente da combinação do seguinte: (i) elevação do volume de compras; (ii) início da operação plena do Complexo Eólico Trairí; e (iii) aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A., eventos parcialmente compensados pela redução da demanda de clientes e pelo maior volume de capacidade comercial descontratada em 2014.

Custos da energia vendida e dos serviços prestados

Em 2014, os custos da venda de energia e serviços alcançaram R$ 3.975 milhões, 36,5%, ou R$ 1.063 milhões superiores aos R$ 2.912 milhões de 2013. Essa variação decorreu essencialmente dos seguintes fatores:

- Energia elétrica comprada para revenda: incremento de R$ 500 milhões em 2014 em relação a 2013, refletindo principalmente (i) os reajustes de preço dos contratos existentes; e (ii) o aumento das contratações de médio e longo prazo no montante de 2.897 GWh (331 MW médios) em 2014.

- Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE: entre 2014 e 2013, ocorreu aumento nos custos de R$ 402 milhões. Tal variação inclui o montante de R$ 83 milhões, reconhecido como recuperação de custo, haja vista a elevação da exposição na CCEE devido à interrupção temporária da geração de unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda anteriormente citada. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

- Combustíveis para produção de energia elétrica: acréscimo de R$ 134 milhões entre 2014 e 2013, refletindo principalmente o aumento do consumo de gás natural pela Usina Termelétrica William Arjona, em razão de maior despacho da Usina.

- Encargos de uso de rede elétrica e conexão: elevação de R$ 25 milhões entre 2014 e 2013, reflexo em grande parte do reajuste anual das tarifas de transmissão, além da entrada em operação comercial do Complexo Eólico Trairí e da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

- Materiais e serviços de terceiros: crescimento de R$ 21 milhões entre 2014 e 2013, em decorrência principalmente de maior demanda por serviços de operação e manutenção, especialmente no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na Usina Hidrelétrica São Salvador e na Usina Termelétrica Ferrari.

- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): aumento de R$ 22 milhões entre 2014 e 2013, explicada em grande parte pelo incremento na geração de unidades hidrelétricas da Companhia.

- Pessoal: aumento de R$ 16 milhões entre 2014 e 2013, em função substancialmente do reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados.

- Depreciação e amortização: ampliação de R$ 10 milhões entre 2014 e 2013, em função principalmente do início da operação do Complexo Eólico Trairí e da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

- Reversão de provisões operacionais, líquida: efeito positivo no resultado de R$ 14 milhões entre 2014 e 2013, decorrente principalmente de: (i) R$ 92 milhões – reversão de provisão cível relativa à cobrança de valor adicional de TUST da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, motivada por decisão favorável à Companhia que reduziu o risco de perda na ação judicial; (ii) R$ 89 milhões – constituição de provisão cível decorrente de disputa judicial com fornecedor em função de divergência quanto à aplicação dos termos da legislação vigente, no que se refere à definição do preço do insumo consumido; e (iii) R$ 16 milhões – reversão de provisão relativa à cobrança de INSS em decorrência da adesão da Companhia ao plano de equacionamento de débitos fiscais denominado "REFIS da Copa".

- Outros: efeito positivo de R$ 55 milhões entre 2014 e 2013, refletindo essencialmente a reversão no segundo trimestre de 2014 de passivos prescritos relacionados à compra de energia e encargos de transmissão.

Detalhamento das Operações de Curto Prazo, inclusive as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses, que tenham como objetivo principal a gestão da exposição da Tractebel na CCEE. Dessa forma, o preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem ocorrendo uma mudança no perfil das faturas, o que dificulta a comparação direta dos elementos que as compõem nos dois anos. Esta é a razão para a criação do presente tópico, para permitir uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada, que ocorre quando a geração das usinas que fazem parte do MRE, em relação à energia alocada, é maior (Energia Secundária) ou menor (GSF – *Generation Scaling Factor*); (iii) do chamado "risco de submercado"; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2014, o resultado líquido decorrente de transações de curto prazo, inclusive as realizadas na CCEE, foi negativo em R$ 136 milhões ante ao também resultado negativo de R$ 71 milhões obtido em 2013, ou seja, uma piora de R$ 65 milhões entre os anos comparados. Expurgando a constituição da provisão da CNPE 03 em 2013 e a sua reversão em 2014, o resultado negativo das transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, entre os exercícios, seria maior em R$ 174 milhões.

Essa piora decorreu em especial pela conjunção do que segue: (i) crescimento do efeito líquido negativo decorrente da aplicação do GSF; (ii) elevação da posição credora na CCEE como resultado da estratégia de alocação de energia pela Companhia; (iii) aumento da exposição termelétrica da Companhia relacionada sobretudo à suspensão de geração causada pelos sinistros e manutenções de unidades geradoras termelétricas; (iv) redução de compras de energia de curto prazo; (v) elevação do resultado positivo no MRE; (vi) reversão da provisão dos eventuais custos relativos aos efeitos da participação dos geradores no rateio dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), conforme estabelecido pela Resolução CNPE 03, visto a redução do risco de perda na ação judicial que contesta a cobrança desses valores; e (vii) recuperação dos efeitos negativos na CCEE, ocasionados pela interrupção na geração, devido a sinistros em unidades geradoras, anteriormente mencionado. Desta forma, os efeitos negativos relatados nos itens (i) e (iii) foram atenuados pelos demais.

Os expressivos aumentos do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste entre 2013 e 2014 contribuíram significativamente para os efeitos positivos nos resultados decorrentes da ampliação da posição credora na CCEE, e de forma negativa para os custos relativos à aplicação do GSF e à exposição termelétrica. No comparativo entre os anos, o PLD nos mesmos submercados avançou 161,7%, passando de R$ 258,19/MWh em 2013 para R$ 675,81/MWh em 2014.

Lucro bruto

No ano de 2014 o lucro bruto da Companhia foi de R$ 2.498 milhões, 6,0% abaixo do apresentado em 2013, que foi de R$ 2.657 milhões, reflexo das variações explicadas nos subitens "Receita líquida de vendas" e "Custos da energia vendida e dos serviços prestados".

Receitas (despesas) operacionais

- Provisão para redução ao valor recuperável

No ano de 2013, a Companhia reconheceu provisão para redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos, em especial os da Usina Termelétrica Charqueadas, no montante de R$ 73 milhões. O *impairment* dos ativos de Charqueadas foi constituído em razão dos prováveis efeitos resultantes das normas impostas pela Aneel que preveem a redução do reembolso do carvão a partir de janeiro de 2016, o que, de acordo com avaliações internas, inviabilizaria a recuperação dos ativos e dos investimentos adicionais que seriam necessários para atendimento aos novos fatores de eficiência da usina exigidos pelo Regulador.

Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos (Resultado do serviço)

No acumulado de 2014, esse resultado foi de R$ 2.303 milhões, R$ 84 milhões ou 3,5% menor em relação ao apresentado no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.387 milhões, resultado das variações acima descritas nos subitens "Lucro bruto" e "Receitas (Despesas) operacionais".

Resultado financeiro

- Receitas financeiras

No comparativo entre 2014 e 2013, as receitas financeiras aumentaram R$ 24 milhões, passando de R$ 183 milhões para R$ 207 milhões. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) reversão de R$ 61 milhões em 2014, correspondente aos juros e variação monetária de passivos prescritos; (ii) aumento de R$ 25 milhões na receita com aplicações financeiras; (iii) redução de R$ 18 milhões nos ganhos decorrentes de êxito em ações judiciais; (iv) reconhecimento de ganho de R$ 49 milhões em 2013, oriundo da liquidação antecipada a valor de mercado da dívida junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e (v) incremento de R$ 2 milhões de variação monetária de depósitos judiciais.

- Despesas financeiras

As despesas caíram de R$ 568 milhões em 2013 para R$ 553 milhões em 2014, ou seja, R$ 15 milhões, resultado da combinação das seguintes variações: (i) redução de R$ 42 milhões na despesa com variação cambial de dívidas; (ii) aumento de R$ 8 milhões nos juros e variação monetária sobre as concessões a pagar; (iii) elevação de R$ 7 milhões nos juros líquidos sobre passivo atuarial; (iv) crescimento de R$ 7 milhões nos juros e variação monetária sobre dívidas; (v) incremento de R$ 5 milhões nos encargos financeiros sobre demais débitos da Companhia.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

As despesas com IR e CSLL passaram de R$ 565 milhões em 2013 para R$ 574 milhões em 2014, aumento de R$ 9 milhões. Essa variação é resultado principalmente da redução do lucro antes dos impostos e do menor montante do crédito dos juros sobre o capital próprio. As alíquotas efetivas dos tributos sobre o lucro nos anos de 2014 e 2013 ficaram em 29,3% e 28,2%, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

No exercício, o lucro líquido passou de R$ 1.437 milhões em 2013 para R$ 1.383 milhões em 2014, ou seja, uma redução de R$ 54 milhões, ou 3,8%. Essa variação decorreu, essencialmente, dos seguintes fatores anteriormente explicados, líquidos do imposto de renda e contribuição social: (i) redução de R$ 97 milhões do EBITDA; (ii) queda de R$ 37 milhões das despesas financeiras líquidas recorrentes e redução dos ganhos financeiros não recorrentes entre os anos de 2013 e 2014 de R$ 11 milhões, resultando em uma variação de R$ 26 milhões no resultado financeiro; (iii) aumento de R$ 7 milhões da depreciação e amortização; (iv) reconhecimento do *impairment* de R$ 48 milhões no exercício de 2013; e (v) redução de R$ 24 milhões das deduções permanentes das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social, em especial os juros sobre o capital próprio.

Expurgando-se os efeitos anuais não recorrentes, líquidos de impostos, que impactaram positivamente o EBITDA de 2014, no valor total de R$ 133 milhões, e negativamente o ano de 2013, em R$ 36 milhões, o registro do *impairment* em 2013 no valor de R$ 48 milhões e os efeitos positivos não recorrentes no resultado financeiro, quais sejam: (i) encargos financeiros de R$ 41 milhões sobre os passivos prescritos revertidos em 2014; (ii) ganho no ano de 2013 de R$ 33 milhões na liquidação antecipada de dívida; e (iii) ganho em 2013 de R$ 19 milhões em ação judicial transitada em julgado, o lucro líquido nos anos de 2014 e 2013 seria R$ 1.209 milhões e R$ 1.469 milhões, respectivamente, uma redução de R$ 259 milhões, ou 17,7%, entre os anos analisados.

EBITDA e Margem EBITDA

No exercício, o EBITDA apresentou redução de R$ 148 milhões, ou 4,9%, passando de R$ 3.043 milhões em 2013 para R$ 2.895 milhões em 2014. A margem EBITDA em 2014 atingiu 44,7%, representando uma queda de 9,9 p.p. em comparação ao ano anterior. As reduções dos referidos indicadores decorreram principalmente da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 570 milhões na receita líquida de venda de energia contratada; (ii) efeito negativo de R$ 417 milhões nas transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE; (iii) reconhecimento em 2014 da recuperação dos efeitos negativos na CCEE decorrentes dos sinistros em unidades geradoras da Companhia, conforme acima mencionado, no valor de R$ 243 milhões; (iv) reversão em 2014 da provisão decorrente dos impactos da Resolução CNPE 03, constituída em 2013, no montante de R$ 54 milhões, resultando em variação positiva de R$ 108 milhões; (v) acréscimo de R$ 500 milhões nas compras de energia para revenda; (vi) crescimento de R$ 134 milhões no consumo de combustível; (vii) constituição em 2014 de provisão cível decorrente de disputa judicial com fornecedor, em função de divergência à definição do preço do combustível consumido, no montante de R$ 89 milhões; (viii) reversão em 2014 de provisões relativas: (viii.i) à cobrança de valor adicional de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, no valor de R$ 92 milhões; e (viii.ii) a passivos prescritos, no montante de R$ 55 milhões; e (ix) elevação de R$ 76 milhões dos demais custos e despesas operacionais. Desconsiderando-se os efeitos não recorrentes mencionados nos itens (iv), (viii.i) e (viii.ii), o EBITDA teria alcançado R$ 2.694 milhões e R$ 3.097 milhões, nos anos de 2014 e 2013 respectivamente, uma redução de R$ 403 milhões, ou 13,0%, entre os exercícios comparados.

Reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA

Valores em R$ milhões	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido do exercício	1.383	1.437
(+) Imposto de renda e contribuição social	574	565
(+) Despesas financeiras, líquidas	346	386
(+) Depreciação e amortização	592	582
EBITDA	**2.895**	**2.970**
(+) Provisão para redução ao valor recuperável *(impairment)*	-	73
EBITDA Ajustado	**2.895**	**3.043**
Margem EBITDA (%)	**44,7%**	**54,6%**

O EBITDA apresentado pela Companhia segue a orientação estabelecida na Instrução CVM nº 527/2012, que passou a reger a divulgação desse indicador não contábil. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Internacionais e as Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação, amortização e *impairment*, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

	31 de dezembro de				
Valores em R$ milhões	**2013**	**% da receita**	**2012 (Reapresentado)**	**% da receita**	**2013 *versus* 2012 (%)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**5.569**	**100**	**4.913**	**100**	**13,4**
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda	(776)	13,9	(664)	13,5	16,9
Transações no mercado de energia de curto prazo	(638)	11,5	(53)	1,1	1.103,8
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	(308)	5,5	(330)	6,7	(6,7)
Custo de produção de energia elétrica	(1.165)	20,9	(1.058)	21,5	10,1
Custo dos serviços prestados	(25)	0,5	(26)	0,6	(3,8)
	(2.912)	**52,3**	**(2.131)**	**43,4**	**36,6**
LUCRO BRUTO	**2.657**	**47,7**	**2.782**	**56,6**	**(4,5)**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(19)	0,3	(23)	0,5	(17,4)
Despesas gerais e administrativas	(178)	3,2	(165)	3,4	7,9
(Constituição) reversão de provisões operacionais	1	0,0	(37)	0,8	(102,7)
Provisão para redução ao valor recuperável	(73)	1,3	-	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1)	0,0	(18)	0,2	(94,4)
	(270)	**4,8**	**(243)**	**4,9**	**11,1**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**2.387**	**42,9**	**2.539**	**51,7**	**(6,0)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	183	(3,3)	88	(1,8)	106,8
Despesas financeiras	(568)	10,3	(541)	11,0	5,0
	(386)	**7,0**	**(453)**	**9,2**	**(14,8)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**2.002**	**35,9**	**2.086**	**42,5**	**(4,1)**
Imposto de renda e contribuição social	(565)	10,1	(595)	12,2	(5,2)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.437**	**25,8**	**1.491**	**30,3**	**(3,6)**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	**2,20**		**2,28**		
EBITDA	**3.043**	**54,6**	**3.100**	**63,1**	**1,9**

Receita líquida de vendas

Na comparação entre os anos, houve uma ampliação da receita líquida de vendas de R$ 656 milhões, ou 13,4%, passando de R$ 4.913 milhões no ano de 2012 para R$ 5.569 milhões em 2013. Essa elevação decorreu, essencialmente, da combinação do seguinte: (i) R$ 290 milhões - aumento do preço médio líquido de venda; (ii) R$ 269 milhões – acréscimo da receita das transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as no âmbito da CCEE; (iii) R$ 90 milhões – elevação da quantidade de energia vendida; (iv) R$ 15 milhões – crescimento das vendas de crédito de carbono e de cinzas; e (v) R$ 8 milhões – redução da exportação de energia.

- Preço médio líquido de vendas

O preço médio de venda de energia, líquido dos impostos sobre a receita, atingiu R$ 139,97/MWh, 5,5% superior ao praticado no ano de 2012, que foi de R$ 132,66/MWh.

A elevação do preço ocorreu, essencialmente, em razão da atualização monetária dos contratos existentes.

- **Volume de vendas**

A quantidade de energia vendida no acumulado de 2013 foi de 35.445 GWh (4.046 MW médios) contra 34.559 GWh (3.934 MW médios) registrados em 2012, um crescimento de 886 GWh (112 MW médios), ou 2,6% em GWh. A variação em MW médios é ligeiramente diferente pelo fato de 2012 ser ano bissexto.

O aumento da quantidade de energia vendida foi reflexo da conjunção do que segue: (i) evolução de 2.864 GWh (330 MW médios) no fornecimento de energia para consumidores livres; (ii) redução de 1.213 GWh (131 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras; (iii) decréscimo de 739 GWh (84 MW médios) na venda de energia para comercializadoras; e (iv) exportação de energia somente em 2012 na quantidade de 26 GWh (3 MW médios).

Custos da energia vendida e dos serviços prestados

No ano de 2013, esses custos alcançaram R$ 2.912 milhões, 36,6%, ou R$ 781 milhões, superiores aos R$ 2.131 milhões registrados no ano de 2012. Essas variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- Energia elétrica comprada para revenda: incremento de R$ 112 milhões no ano de 2013 em relação a 2012, refletindo os reajustes de contratos de longo prazo existentes e os preços dos contratos com vigência iniciada em 2013.

- Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito de CCEE: entre os exercícios de 2013 e 2012, o aumento verificado foi de R$ 585 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

- Encargos de uso da rede elétrica e conexão: queda de R$ 22 milhões entre os anos de 2013 e de 2012, reflexo, em sua grande parte, dos efeitos de medidas impostas pelo Governo Federal que resultaram na redução de encargos setoriais sobre as tarifas de transmissão no ano de 2013.

- Combustíveis para produção de energia elétrica: na comparação entre os anos em análise, esses custos apresentaram um aumento de R$ 30 milhões, refletindo a elevação da geração de energia termelétrica que resultou no incremento de R$ 15 milhões no consumo de gás natural na UTWA e de R$ 15 milhões no consumo líquido de biomassa, carvão e óleo diesel.

- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: aumento de R$ 36 milhões entre os anos comparados, resultado do incremento de geração das unidades hidrelétricas da Companhia.

- Pessoal: aumento de R$ 19 milhões entre os anos analisados, decorrente, substancialmente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados.

- Depreciação e amortização: incremento de R$ 24 milhões, entre 2012 e 2013, em função, sobretudo, da entrada em operação de novas unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito e dos novos parques eólicos, localizados no estado do Ceará.

Detalhamento das Operações de Curto Prazo, inclusive as transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses e que tenham como objetivo principal a gestão da exposição da Tractebel Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Dessa forma, o preço da energia em tais operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo essa a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2013, o resultado líquido decorrente de transações de curto prazo, inclusive as realizadas na CCEE, foi negativo em R$ 71 milhões ante o resultado positivo de R$ 245 milhões, obtido no mesmo período de 2012, ou seja, uma variação negativa de R$ 316 milhões entre os anos comparados.

Essa redução no resultado decorreu, em especial, da conjunção do que segue: (i) compra de energia no curto prazo, a partir do segundo trimestre de 2013, para reduzir a posição devedora na CCEE e, em consequência, mitigar os efeitos da Resolução CNPE 03/2013 (CNPE 03); (ii) efeito líquido negativo em decorrência da diferença entre (ii.i) a despesa incorrida em 2013, em função da insuficiência de geração hidrelétrica no SIN em relação à alocação de energia na CCEE pelos agentes, especialmente nos meses de janeiro e fevereiro, e (ii.ii) o ganho auferido em 2012, em razão do excedente de geração hidrelétrica no SIN, preponderantemente nos dois primeiros trimestres do ano; (iii) ampliação da posição credora na CCEE como resultado da estratégia de alocação de energia pela Companhia; (iv) redução da exposição termelétrica em decorrência da elevação do despacho dessas usinas por ordem de mérito; (v) resultado positivo no MRE no ano de 2013 pela maior geração hidrelétrica, essencialmente no segundo semestre, em comparação ao efeito negativo em 2012; e (vi) reconhecimento dos custos estimados relativos a participação dos geradores no rateio dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS), estabelecida pela CNPE 03, apesar de liminar obtida pela associação que representa a Companhia, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), suspendendo os efeitos da referida Resolução.

Caso a decisão judicial seja contrária aos efeitos da Resolução CNPE 03, o custo adicional de R$ 55 milhões reconhecidos em 2013 será revertido pela Companhia.

Cabe considerar que o expressivo aumento do PLD médio anual dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passou de R$ 166,77/MWh em 2012 para R$ 258,19/MWh em 2013, contribuiu significativamente para os efeitos positivos nos resultados decorrentes da ampliação da posição credora na CCEE e da energia secundária e, de forma negativa, para os custos relacionados com a exposição termelétrica.

Lucro bruto

No ano de 2013 o lucro bruto da Companhia foi de R$ 2.657 milhões, 4,5% abaixo do apresentado em 2012, que foi de R$ 2.782 milhões, reflexo das variações explicadas nos subitens "Receita líquida de vendas" e "Custos da energia vendida e dos serviços prestados".

Receitas (despesas) operacionais

- Despesas com vendas, gerais e administrativas

No período de doze meses essas despesas foram de R$ 197 milhões em 2013 e de R$ 188 milhões em 2012, ou seja, um acréscimo de R$ 9 milhões, ou 4,8%. Essas variações estão relacionadas, substancialmente, ao reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados.

- Constituições e reversões de provisões operacionais, líquidas

A Companhia, no ano de 2013, registrou receita líquida decorrente da reversão de provisões operacionais de R$ 1 milhão, ao passo que no ano anterior reconheceu despesa líquida relativa à constituição de provisões de R$ 37 milhões, resultando em impacto positivo de R$ 38 milhões entre os anos analisados. As principais provisões registradas no ano de 2012 também se referem a provisões cíveis e tributárias no valor de R$ 25 milhões e a provisão para perda não recorrente de R$ 16 milhões, resultante de efeitos de incorporação de ativo.

- Provisão para redução ao valor recuperável

No ano de 2013, a Companhia reconheceu uma provisão para redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos, em especial os da Usina Termelétrica Charqueadas, no montante de R$ 73 milhões, em razão de normas impostas recentemente pela Aneel, que reduzirão o reembolso do consumo de carvão a partir de janeiro de 2016 e não possibilitarão a recuperação de investimentos adicionais que seriam necessários para atendimento aos novos fatores de eficiência da usina exigidos pelo regulador.

Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos (Resultado do serviço)

No acumulado de 2013, esse resultado foi de R$ 2.387 milhões, R$ 152 milhões ou 6,0% menor em relação ao apresentado no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.539 milhões, resultado das variações acima descritas nos subitens “Lucro bruto” e “Receitas (Despesas) operacionais”.

Resultado financeiro

- Receitas financeiras

No comparativo entre os anos as receitas financeiras subiram R$ 95 milhões, passando de R$ 88 milhões em 2012 para R$ 183 milhões em 2013. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) ganho de R$ 49 milhões na liquidação antecipada a valor de mercado da dívida junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de seu respectivo depósito em garantia; (ii) ganho não recorrente de R$ 29 milhões em ação judicial que questionava o montante dos juros e variação monetária sobre vendas de energia recebidas em atraso em anos anteriores; (iii) incremento de R$ 22 milhões na receita de aplicações financeiras; e (iv) redução de R$ 6 milhões nos juros sobre contas a receber.

- Despesas financeiras

Em base anual, as despesas cresceram de R$ 541 milhões para R$ 568 milhões, ou seja, R$ 27 milhões, resultado da combinação das seguintes variações: (i) incremento de R$ 18 milhões na variação cambial de dívida; (ii) redução de R$ 11 milhões nos juros e variação monetária sobre dívida; (iii) aumento de R$ 11 milhões nos juros e variação monetária sobre as concessões a pagar; (iv) acréscimo de R$ 9 milhões da atualização financeira de provisões; e (v) elevação de R$ 5 milhões nos juros líquidos sobre passivo atuarial.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

No acumulado do ano, as despesas com IR e CSLL passaram de R$ 595 milhões em 2012 para R$ 565 milhões em 2013, redução de R$ 30 milhões. Essa variação também é resultado, sobretudo, da redução do lucro antes dos impostos e do crédito dos juros sobre o capital próprio. As alíquotas efetivas dos tributos sobre o lucro nos anos de 2013 e 2012 ficaram em 28,2% e 28,5%, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

No período de doze meses, o lucro líquido passou de R$ 1.491 milhões em 2012 para R$ 1.437 milhões em 2013, ou seja, uma redução de R$ 54 milhões, ou 3,6%. Essa variação decorreu, essencialmente, da combinação dos seguintes impactos retro mencionados: (i) variação negativa no resultado líquido das transações no mercado de curto prazo, inclusive na CCEE, no valor de R$ 209 milhões, montante que contempla os efeitos da CNPE 03, inclusive a provisão de R$ 36 milhões decorrente daquela Resolução; (ii) aumento no lucro relativo às demais operações da Companhia no valor de R$ 160 milhões; (iii) registro de *impairment* de ativos de geração termelétrica no montante de R$ 49 milhões; e (iv) reconhecimento de ganhos não recorrentes de R$ 52 milhões decorrentes de liquidação antecipada de dívida e de ação judicial favorável a Companhia relativa a juros e variação monetária sobre venda de energia.

EBITDA e Margem EBITDA

No período de doze meses, o EBITDA reduziu R$ 57 milhões, ou 1,9%, passando de R$ 3.100 milhões em 2012 para R$ 3.043 milhões em 2013. A margem EBITDA em 2013 atingiu 54,6%, representando uma queda de 8,5 p.p. em comparação com 2012.

As reduções dos referidos indicadores decorreram, principalmente, da variação negativa dos resultados nas transações no mercado de curto prazo, inclusive na CCEE, entre os anos analisados, no valor de R$ 316 milhões, montante que contempla os efeitos da CNPE 03, inclusive a provisão de R$ 55 milhões decorrente daquela Resolução.

Reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA

Valores em R$ milhões	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	1.437	1.491
(+) Imposto de renda e contribuição social	565	595
(+) Despesas financeiras, líquidas	386	453
(+) Depreciação e amortização	582	561
EBITDA	**2.970**	**3.100**
(+) Provisão para redução ao valor recuperável *(impairment)*	73	-
EBITDA Ajustado	**3.043**	**3.100**
Margem EBITDA (%)	**54,6%**	**63,1%**

O EBITDA apresentado pela Companhia segue a orientação estabelecida na Instrução CVM nº 527/2012, que passou a reger a divulgação desse indicador não contábil. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Internacionais e as Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação, amortização e *impairment*, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

h.2) Comparação entre os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 preparados de acordo com o IFRS e os CPC

	ATIVO							
Valores em R$ milhões	**31.12.2014**	**%**	**31.12.2013**	**%**	**31.12.2012** (Reapresentado)	**%**	**31.12.2014 *versus* 31.12.2013 (%)**	**31.12.2013 *versus* 31.12.2012 (%)**
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	1.605	11,8	1.224	9,7	1.180	9,6	31,1	3,7
Contas a receber de clientes	713	5,2	740	5,9	623	5,1	(3,6)	18,8
Estoques	70	0,5	65	0,5	45	0,4	7,7	44,4
Créditos fiscais a recuperar	51	0,4	60	0,5	55	0,4	(15,0)	9,1
Combustíveis a reembolsar	343	2,5	140	1,1	48	0,4	145,0	191,7
Indenização de seguro a receber	217	1,6	-	-	-	-	-	-
Depósitos vinculados	104	0,8	4	-	1	-	2.500,0	300,0
Ganhos não realizados em operações de hedge	30	0,2	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	65	0,6	89	0,8	79	0,5	(27,0)	12,7
	3.198	**23,6**	**2.322**	**18,5**	**2.031**	**16,4**	**37,7**	**14,3**
Ativo não circulante mantido para venda	87	0,6	-	-	-	-	-	-
	3.285	**24,2**	**2.322**	**18,5**	**2.031**	**16,4**	**37,7**	**14,3**
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Créditos fiscais a recuperar	84	0,6	100	0,8	122	1,0	(16,0)	(18,0)
Depósitos vinculados	156	1,1	131	1,0	103	0,8	19,1	27,2
Depósitos judiciais	117	0,9	107	0,8	110	0,9	9,3	(2,7)
Valores a receber pela alienação de ativo	-	-	87	0,7	87	0,7	(100,0)	-
Ganhos não realizados em operações de hedge	64	0,5	1	-	-	-	6.300,0	-
Outros ativos não circulantes	60	0,4	56	0,4	65	0,6	7,1	(13,8)
	481	**3,5**	**482**	**3,7**	**487**	**4,0**	**(0,2)**	**(1,0)**
Imobilizado	**9.658**	**70,9**	**9.708**	**76,8**	**9.683**	**78,7**	**(0,5)**	**0,3**
Intangível	**197**	**1,4**	**126**	**1,0**	**110**	**0,9**	**56,3**	**14,5**
	10.336	**75,8**	**10.316**	**81,5**	**10.280**	**83,6**	**0,2**	**0,4**
TOTAL	**13.621**	**100,0**	**12.638**	**100,0**	**12.311**	**100,0**	**7,8**	**2,7**

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores em R$ milhões	31.12.2014	%	31.12.2013	%	31.12.2012 (Reapresentado)	%	31.12.2014 *versus* 31.12.2013 (%)	31.12.2013 *versus* 31.12.2012 (%)
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	642	4,7	510	4,0	265	2,2	25,9	92,5
Dividendos e juros sobre o capital próprio	200	1,5	221	1,7	248	2,0	(9,5)	(10,9)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	455	3,3	667	5,3	527	4,3	(31,8)	26,6
Concessões a pagar	55	0,4	52	0,4	49	0,4	5,8	6,1
Imposto de renda e contribuição social a pagar	228	1,7	434	3,4	383	3,1	(47,5)	13,3
Outras obrigações fiscais e regulatórias	67	0,5	63	0,5	54	0,4	6,3	16,7
Provisão para remunerações e encargos	72	0,5	64	0,5	62	0,5	12,5	3,2
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	15	0,1	15	0,2	29	0,2	-	(48,3)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	49	0,4	29	0,2	32	0,3	69,0	(9,4)
Outros passivos circulantes	171	1,2	112	0,9	87	0,7	52,7	28,7
	1.954	**14,3**	**2.167**	**17,1**	**1.736**	**14,1**	**(9,8)**	**24,8**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.598	26,4	2.830	22,4	3.008	24,4	27,1	(5,9)
Concessões a pagar	1.711	12,6	1.543	12,2	1.380	11,2	10,9	11,8
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	187	1,4	180	1,4	146	1,2	3,9	23,3
Obrigações com benefícios de aposentadoria	234	1,7	190	1,5	216	1,8	23,2	(12,0)
Imposto de renda e contribuição social diferido	213	1,6	164	1,3	199	1,6	29,9	(17,6)
Outros passivos não circulantes	69	0,4	199	1,6	123	1,0	(65,3)	61,8
	6.012	**44,1**	**5.106**	**40,4**	**5.072**	**41,2**	**17,7**	**0,7**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	2.446	18,0	2.446	19,4	2.446	19,9	-	-
Reservas de capital	92	0,7	92	0,7	92	0,7	-	-
Reservas de lucros	2.417	17,7	1.772	14,0	1.755	14,3	36,4	1,0
Dividendos propostos	172	1,3	462	3,7	576	4,7	(62,8)	(19,8)
Ajustes de avaliação patrimonial	489	3,6	527	4,2	583	4,7	(7,2)	(9,6)
Outros resultados abrangentes	35	0,3	63	0,5	48	0,4	(44,4)	31,3
	5.651		**5.362**		**5.500**			
Participação de acionista não controlador	4	-	3	-	3	-	-	-
	5.655	**41,6**	**5.365**	**42,5**	**5.503**	**44,7**	**5,4**	**2,9**
TOTAL	**13.621**	**100,0**	**12.638**	**100,0**	**12.311**	**100,0**	**7,8**	**2,7**

As reclassificações ocorridas em 31.12.2012 estão descritas no item 10.1 "h" deste formulário.

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.12.2014 e 31.12.2013

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O acréscimo de R$ 381 milhões resulta, principalmente, da seguinte combinação: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R$ 1.677 milhões; (ii) captação de recursos através de empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R$ 1.220 milhões, destinados, principalmente, a modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo, a ampliação da Ferrari Termoelétrica S.A., a construção dos projetos eólicos em desenvolvimento e ao refinanciamento da dívida; (iii) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 1.081 milhões; (vi) amortização de R$ 782 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures; (v) aplicação de R$ 353 milhões em ativos imobilizado e intangível; (vi) pagamento pela aquisição das empresas Ferrari Termoelétrica S.A., CLWP Brasil II Participações Ltda., CLWP Brasil III Participações Ltda. e dos direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho, no montante de R$ 235 milhões; e (vii) pagamento de parcelas de concessões a pagar no montante de R$ 55 milhões.

Contas a receber de clientes

A redução de R$ 27 milhões deve-se, principalmente, a diminuição dos montantes a receber decorrentes de transações no mercado de energia de curto prazo, parcialmente compensada pela elevação das contas a receber resultante do aumento do preço de venda da energia e dos novos contratos de venda firmados.

Combustíveis a reembolsar

O incremento de R$ 203 milhões decorreu, substancialmente, pelo acúmulo de cinco meses dos montantes de compras de combustível a serem reembolsados pela Eletrobras em 31.12.2014 e de somente dois meses em 31.12.2013. Uma das parcelas vencidas foi recebida no mês de janeiro de 2015.

Indenização de seguro a receber

O saldo de R$ 217 milhões corresponde à indenização de seguro a receber em razão dos impactos negativos na CCEE decorrentes da paralização temporária de geração em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, motivada por sinistros ocorridos nestas unidades. A Companhia recebeu R$ 101 milhões no primeito trimestre de 2015.

Depósitos vinculados

O incremento de R$ 100 milhões deriva, principalmente, dos seguintes fatores: (i) R$ 48 milhões – depósitos efetuados em conta vinculada para garantir o cumprimento de determinadas condições precedentes estabelecidas no contrato de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A., quais sejam: (i.i) implantação de melhorias na eficiência do processo de co-geração, obtenção de licença ambiental, bem como revisão da garantia física da usina; e (i.ii) revisão técnica do turbo gerador, conclusão de obras de adequação de subestações, entre outras; e (ii) R$ 54 milhões – aporte de garantias financeiras em razão das operações realizadas na CCEE.

Ganhos não realizados em operações de hedge

Esta rubrica abrange os ganhos não realizados em operações de *hedge* de valor justo e fluxo de caixa, os quais apresentam saldo em 2014 de R$ 27 milhões e R$ 3 milhões, respectivamente. As operações de *hedge* de valor justo foram contratadas concomitantemente aos empréstimos tomados em moeda estrangeira, a fim de proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros das oscilações do dólar norte americano. As operações de *hedge* de fluxo de caixa visam proteger os pagamentos de dos compromissos futuros em moeda estrangeira advindos dos contratos de construção de usinas.

Outros ativos circulantes

A redução de R$ 24 milhões decorre, substancialmente, da diminuição do saldo a compensar de imposto de renda e contribuição social.

Ativo não circulante mantido para venda

Nesta rubrica estão registrados os bens recebidos pela Companhia em função de sentença favorável em ação de execução movida contra a Elétrica Jacuí Ltda. (Eleja) para a cobrança de valores a receber decorrentes da venda do empreendimento termelétrico Jacuí. Em 2013 os valores a receber da Eleja, no valor de R$ 87 milhões, vinham sendo apresentados na rubrica "Valores a receber pela alienação de ativo", no ativo não circulante. A partir de 30.09.2014, com a adjudicação e o recebimento dos bens concedidos em garantia do crédito, a Companhia passou a registrar o ativo como "Ativo não circulante mantido para venda", mantendo o registro do valor contábil do ativo, visto que o mesmo apresenta valor inferior à avaliação apresentada pelo perito judicial dos ativos que cabem à Companhia, no montante de R$ 114.981.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Créditos fiscais a recuperar

A redução de R$ 16 milhões está relacionada, principalmente, à compensação de créditos de PIS e Cofins durante o exercício de 2014.

Depósitos vinculados

O aumento em R$ 25 milhões deve-se, basicamente, ao complemento do depósito em garantia do financiamento do Parque Eólico Trairi.

Depósitos judiciais

O incremento em R$ 10 milhões refere-se, basicamente, a variação monetária dos depósitos judiciais.

Ganhos não realizados em operações de hedge

Esta rubrica abrange os ganhos não realizados em operações de *hedge* de valor justo e fluxo de caixa, os quais apresentam saldo em 2014 de R$ 39 milhões e R$ 25 milhões, respectivamente. A natureza das operações estão descritas no item "Ganhos não realizados em operações de *hedge*", no item "Ativo circulante".

Imobilizado

A redução em R$ 50 milhões é decorrente dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R$ 294 milhões; (ii) aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A., cujo imobilizado era de R$ 217 milhões, inclusive o valor justo de aquisição alocado a estes ativos; (iii) juros de empréstimos e financiamentos capitalizados no montante de R$18 milhões; (iv) depreciação de R$ 577 milhões; e (iv) baixa de ativos de R$ 2 milhões.

Intangível

O acréscimo de R$ 71 milhões decorreu, substancialmente, do reconhecimento dos direitos sobre os projetos CLWP Brasil II Participações Ltda., CLWP Brasil III Participações Ltda. e Santo Agostinho, adquiridos em combinações de negócios.

Passivo circulante

Fornecedores

O incremento de R$ 132 milhões é resultante, substancialmente, da combinação dos seguintes itens: (i) aumento do saldo de transações na CCEE; (ii) incremento dos fornecedores de combustíveis fósseis e biomassa; (iii) redução dos saldos de energia elétrica comprada; e (iv) decréscimo dos fornecedores de imobilizado e intangível.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O decréscimo em R$ 21 milhões decorre de um menor crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao ano de 2014 em comparação com 2013.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O decréscimo de R$ 212 milhões ocorreu pelos seguintes fatores: (i) pagamentos de principal e juros de R$ 1.004 milhões; (ii) transferência de R$ 567 milhões do passivo não circulante, decorrente, principalmente, das parcelas do empréstimo com o BNP Paribas, liquidado antecipadamente em 2014, e do empréstimo, líquido do *hedge*, com o HSBC com vencimento em 2015; (iii) encargos financeiros apropriados de R$ 219 milhões; e (iv) absorção do contrato de financiamento com o BNDES e bancos repassadores decorrente da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A. no valor de R$ 6 milhões.

Impostos de renda e contribuição social a pagar

A redução de R$ 206 milhões decorre, substancialmente, da combinação da redução do lucro real (base de cálculo do imposto de renda e contribuição social) e do menor montante de crédito dos juros sobre o capital próprio.

Provisão para remunerações e encargos

O acréscimo de R$ 8 milhões decorre, substancialmente, de aumento da provisão para participação nos resultados e bônus gerencial.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O incremento de R$ 20 milhões deve-se, essencialmente, ao aumento da estimativa de pagamentos de benefícios e contribuições a serem efetuados no ano de 2015.

Outros passivos circulantes

O acréscimo de R$ 59 milhões deve-se, principalmente, as parcelas vincendas referentes à aquisição da integralidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A., CLWP Brasil II Participações Ltda., CLWP Brasil III Participações Ltda. e Complexo Santo Agostinho.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O aumento de R$ 768 milhões é explicado pelos seguintes fatores: (i) recebimento de financiamentos do BNDES e de recursos provenientes da emissão de debêntures, substancialmente para a modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo, e de empréstimos contraídos com o HSBC, Mizuho e Tokyo, no valor global de R$ 1.220 milhões; (ii) transferência para o passivo circulante de R$ 567 milhões das dívidas que vencerão em 2015; (iii) absorção do contrato de financiamento com o BNDES e bancos repassadores decorrente da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A. no valor de R$ 38 milhões; e (iv) encargos financeiros de R$ 77 milhões.

Concessões a pagar

O incremento de R$ 168 milhões decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de R$ 226 milhões; e (ii) transferência para o passivo circulante de R$ 58 milhões.

Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas

O avanço de R$ 7 milhões refere-se, substancialmente, ao que segue: (i) atualização das provisões existentes no montante de R$ 22 milhões e (ii) reversão de provisão relativa à cobrança de INSS em decorrência da adesão da Companhia ao plano de equacionamento de débitos fiscais denominado "REFIS da Copa", no valor de R$ 16 milhões.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O aumento de R$ 44 milhões deve-se, essencialmente, a combinação dos seguintes itens: (i) juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido de R$ 28 milhões; (ii) contribuição da patrocinadora de R$ 34 milhões; (iii) perda na remensuração atuarial de R$ 70 milhões; e (iv) transferência de R$ 20 milhões para o passivo circulante.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de R$ 49 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) maior depreciação acelerada fiscal de ativos elegíveis; (ii) redução dos ganhos com as operações de *swap* e do custo atribuído do imobilizado (valor justo); (iii) constituição de tributos diferidos sobre as operações de *hedge* de fluxo de caixa e sobre os juros capitalizados; e (iv) provisão pela remensuração das obrigações com benefícios de aposentadoria.

Outros passivos não circulantes

A redução de R$ 130 milhões decorre, fundamentalmente, dos seguintes itens: (i) reversão de passivos prescritos relacionados à compra de energia e encargos de transmissão no valor de R$ 116 milhões; e (ii) transferência de R$ 26 milhões para o passivo circulante do valor esperado de realização das obrigações com pesquisa e desenvolvimento nos próximos doze meses.

Patrimônio líquido

O aumento de R$ 290 milhões decorreu da combinação do seguinte: (i) lucro líquido do exercício de 2013 de R$ 1.383 milhões; (ii) aprovação da distribuição dos dividendos propostos relativos a 2013 de R$ 462 milhões; (iii) dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio creditados relativos a 2014 de R$ 603 milhões; (iv) remensuração de obrigações com benefícios de aposentadoria no montante de R$ 46 milhões; e (v) reconhecimento de ganhos não realizados em operações de *hedge* de fluxo de caixa no valor de R$ 18 milhões.

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.12.2013 e 31.12.2012

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O acréscimo de R$ 44 milhões resulta principalmente das seguintes combinações a seguir: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R$ 2.316 milhões; (ii) captação de empréstimos e financiamento no montante de R$ 520 milhões para o refinanciamento da dívida e a construção dos parques eólicos do Complexo Eólico Trairi e as obras da UHE Estreito; (iii) aplicação de R$ 547 milhões em ativos imobilizado e intangível; (iv) amortização de R$ 568 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures; (v) pagamento de parcelas de concessões a pagar no montante de R$ 52 milhões; e (vi) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 1.612 milhões.

Contas a receber de clientes

O crescimento de R$ 117 milhões deve-se, basicamente, ao aumento do preço de venda da energia e ao acréscimo das transações no mercado de energia de curto prazo.

Estoques

O aumento de R$ 20 milhões corresponde, principalmente, à elevação do estoque de combustível próprio.

Combustíveis a reembolsar

O incremento de R$ 92 milhões decorreu, substancialmente, pelo acúmulo em dois meses dos montantes a serem reembolsados pela Eletrobras em 31.12.2013 e de somente um mês em 31.12.2012.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Créditos fiscais a recuperar

A redução de R$ 22 milhões está relacionada, principalmente, à compensação de créditos de PIS e Cofins durante o exercício de 2013.

Depósitos vinculados

O aumento em R$ 28 milhões deve-se, basicamente, ao complemento do depósito em garantia do financiamento para a UHE Estreito e do Parque Eólico Trairí.

Imobilizado

O aumento em R$ 25 milhões é decorrente dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R$ 645 milhões; (ii) incorporação dos ativos da Maesa no montante de R$ 16 milhões; (ii) depreciação de R$ 563 milhões; e (iii) reconhecimento de provisão para redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment)* de R$ 73 milhões.

Intangível

O acréscimo de R$ 16 milhões decorreu, substancialmente, do reconhecimento dos direitos sobre os projetos Campo Largo e Santa Mônica adquiridos em combinações de negócios.

Passivo circulante

Fornecedores

O incremento de R$ 245 milhões é resultante, substancialmente, do aumento dos saldos de energia elétrica comprada, das transações na CCEE e dos fornecedores de combustíveis fósseis e biomassa.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O decréscimo em R$ 27 milhões decorre de um menor crédito de juros sobre o capital próprio no mês de dezembro de 2013 em comparação com o mesmo mês de 2012.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O incremento de R$ 140 milhões ocorreu pelos seguintes fatores: (i) transferência de R$ 766 milhões do passivo não circulante, decorrente, principalmente, das parcelas do empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch e das debêntures da 2ª emissão, que vencem em 2014; (ii) encargos financeiros apropriados de R$ 237 milhões; (iii) pagamentos de principal e juros de R$ 814 milhões, e; (iv) redução de R$ 49 milhões decorrente do ajuste a valor justo pela liquidação antecipada do empréstimo junto ao STN.

Impostos de renda e contribuição social a pagar

O aumento de R$ 51 milhões decorre, substancialmente, da compensação do saldo a pagar em 2012 com crédito de PIS e Cofins decorrente de decisão judicial, transitado em julgado, a favor da Companhia.

Outras obrigações fiscais e regulatórias

O acréscimo de R$ 9 milhões decorre, substancialmente, da combinação dos fatores a seguir: (i) aumento de R$ 7 milhões no saldo a pagar de PIS e Cofins; (ii) redução de R$ 11 milhões no montante de ICMS a pagar; e (iii) elevação de R$ 13 milhões no valor a pagar relativo à compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos.

Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas

A redução de R$ 14 milhões refere-se, substancialmente, a liquidação de provisões cíveis ao longo do exercício de 2013.

Outros passivos circulantes

O aumento de R$ 25 milhões decorre, fundamentalmente, de provisão para estimativa de desembolso futuro para a conclusão de obras de construção de usinas e do saldo de adiantamento de clientes, cuja expectativa é de que as liquidações ocorrerão no curto prazo.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

A redução de R$ 178 milhões é explicada pelos seguintes fatores: (i) transferência para o passivo circulante de R$ 766 milhões das dívidas que vencerão em 2014; (ii) recebimento de financiamentos do BNDES, para aplicação na construção dos parques eólicos do Complexo Trairi e da UHE Estreito, e de empréstimos contraído junto ao NIB e HSBC USA no valor global de R$ 519 milhões; e (iii) encargos financeiros de R$ 69 milhões.

Concessões a pagar

O incremento de R$ 163 milhões decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de R$ 217 milhões; e (ii) transferência para o passivo circulante de R$ 54 milhões.

Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas

O avanço de R$ 34 milhões refere-se, substancialmente, ao que segue: (i) constituição de novas provisões no valor de R$ 17 milhões e (ii) atualização das provisões existentes no montante de R$ 23 milhões.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

A redução de R$ 26 milhões deve-se, essencialmente, ao seguinte: (i) juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido de R$ 21 milhões; (ii) contribuição da patrocinadora de R$ 28 milhões; e (iii) ganho na remensuração atuarial de R$ 22 milhões.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O recuo de R$ 35 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) redução dos ganhos com a operação de *swap* relativo ao financiamento com o Bank of América Merrill Lynch e do custo atribuído do imobilizado (valor justo); (ii) constituição sobre a provisão ao valor recuperável dos ativos (*impairment*); e (iii) reversão pela remensuração das obrigações com benefícios de aposentadoria.

Outros passivos não circulantes

O acréscimo de R$ 76 milhões decorre, fundamentalmente, de provisão para estimativa de desembolso futuro para a conclusão de obras de construção de usinas.

Patrimônio líquido

A redução de R$ 138 milhões decorreu da combinação do seguinte: (i) lucro líquido do exercício de 2013 de R$ 1.437 milhões; (ii) pagamento dos dividendos relativos a 2012 de R$ 576 milhões; (iii) dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio creditados relativos a 2013 de R$ 1.013 milhões; e (ii) remensuração de obrigações com benefícios de aposentadoria no montante de R$ 14 milhões.

10.2 Comentários dos diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita líquida da Companhia é a seguinte:

Em R$ milhões	31.12.2014	%	31.12.2013	%	31.12.2012	%	31.12.2014 *versus* 31.12.2013 (%)	31.12.2013 *versus* 31.12.2012 (%)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS								
Distribuidoras de energia elétrica	3.044	47,0	2.824	50,7	2.862	58,3	7,8	(1,3)
Comercializadoras de energia elétrica	239	3,7	250	4,4	321	6,5	(4,4)	(22,1)
Consumidores livres	2.248	34,7	1.887	33,9	1.399	28,5	19,1	34,9
Transações no mercado de curto prazo	903	14,0	566	10,2	298	6,1	59,5	89,9
Exportação de energia elétrica	-	0,0	-	0,0	8	0,2	-	(100,0)
Outras receitas	39	0,6	42	0,8	25	0,4	(7,1)	68,0
	6.473	**100,0**	**5.569**	**100,0**	**4.913**	**100,0**	**16,2**	**13,4**

A Companhia, ao longo do ano de 2012, em atendimento à solicitação de determinados consumidores livres, transferiu alguns contratos anteriormente firmados com os mesmos para empresas comercializadoras pertencentes ao mesmo grupo econômico da empresa. Ademais, a Companhia tem firmado novos contratos com comercializadoras que também repassam a energia adquirida exclusivamente para unidades industriais do mesmo grupo. Essas ações têm sido motivadas pela iniciativa de clientes de aprimorar a gestão de suas compras e alocações de energia no conjunto de suas unidades industriais.

Entretanto, na busca de uma análise mais realista sobre a evolução de vendas para consumidores livres, a Companhia, a partir de 2012, passou a apresentar as vendas para comercializadoras que destinam a energia comprada para as suas unidades produtoras como vendas para consumidores livres, e não mais como para comercializadoras.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita líquida de vendas entre os exercícios findos em 31.12.2014 e 31.12.2013

Distribuidoras de energia elétrica

No ano de 2014, essa receita atingiu 3.044 milhões, aumento de 7,8%, ou R$ 220 milhões, em relação ao exercício de 2013, que apresentou R$ 2.824 milhões de receita de venda a distribuidoras. Esse acréscimo é explicado pela associação das seguintes variações: (i) R$ 216 milhões – crescimento de 7,6% no preço médio líquido de vendas; e (ii) R$ 4 milhões – ligeiro incremento de 0,1% do volume de energia vendida.

Comercializadoras de energia elétrica

Em 2014, a receita de venda a comercializadoras foi de R$ 239 milhões, R$ 11 milhões inferior, ou 4,4%, à receita auferida em 2013 de R$ 250 milhões. A redução apresentada é resultado dos seguintes aspectos: (i) R$ 8 milhões – diminuição de 3,1%, ou 65 GWh (7 MW médios), na quantidade de energia vendida; e (ii) R$ 3 milhões – decréscimo de 1,3% no preço médio líquido de vendas.

Fornecimento de energia elétrica

Nos exercício de 2014, essa receita alcançou R$ 2.248 milhões, 19,1%, ou R$ 361 milhões, além dos R$ 1.887 milhões auferidos no ano de 2013. Essa ampliação está relacionada ao que segue: (i) R$ 222 milhões – acréscimo de 1.669 GWh (191 MW médios), ou 11,4%, na quantidade de venda de energia; e (ii) R$ 139 milhões – crescimento de 6,9% no preço médio líquido da energia vendida.

Transações no mercado de curto prazo

Nos doze meses de 2014, em relação ao ano anterior, houve uma ampliação de R$ 337 milhões na receita das transações de curto prazo, passando de R$ 566 milhões em 2013 para R$ 903 milhões em 2014. Tal variação inclui o reconhecimento da recomposição de receita devido à redução da posição credora na CCEE, em razão da interrupção temporária da geração, motivada por sinistros ocorridos em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, no montante de 160 milhões. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas no item 10.1.h.1.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita líquida de vendas entre os exercícios findos em 31.12.2013 e 31.12.2012

Distribuidoras de energia elétrica

No ano de 2013, essa receita atingiu R$ 2.824 milhões, redução de 1,3%, ou R$ 38 milhões, em relação ao exercício de 2012, que foi de R$ 2.862 milhões. Essa queda é explicada pela associação das seguintes variações: (i) R$ 179 milhões – decréscimo de 1.213 GWh (131 MW médios), ou 6,1% em GWh, no volume vendido; (ii) R$ 141 milhões – crescimento de 5,1% no preço médio líquido de venda.

Comercializadoras de energia elétrica

Em 2013, esta receita foi de R$ 250 milhões, redução de 22,1%, ou R$ 71 milhões, se comparado ao exercício de 2012, que foi de R$ 321 milhões. Tal redução é decorrente da combinação dos seguintes itens: (iii) R$ 85 milhões – redução de 739 GWh (84 MW médios), ou 25,8% em GWh, na quantidade de energia vendida; e (iv) R$ 14 milhões – ampliação, em 5,1%, do preço da energia vendida.

Fornecimento de energia elétrica

A receita de venda a consumidores livres aumentou R$ 488 milhões, ou 34,9%, entre os anos em análise, passando de R$ 1.399 em 2012 para R$ 1.887 milhões em 2013. Essa ampliação está relacionada a um acréscimo de 2.864 GWh (330 MW médios), ou 24,3% em GWh, equivalente a R$ 354 milhões, na quantidade de venda de energia, bem como um crescimento de 8,6% no preço médio líquido de energia vendida, ou R$ 134 milhões.

Transações no mercado de curto prazo

Nos 12 meses de 2013, houve um incremento de R$ 268 milhões na receita auferida no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, passando de R$ 298 milhões em 2012 para R$ 566 milhões em 2013. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas no item 10.1.h.1.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos anos de 2014, 2013 e 2012 estão abaixo mencionados. Informações complementares sobre os mesmos estão detalhadas nos itens 10.1.h e 10.2.a.(i) anteriormente descritos.

Ano de 2014 - (i) elevação do preço médio líquido de venda e da quantidade de energia vendida; (ii) efeito negativo no resultado líquido das transações no mercado de curto prazo, inclusive na CCEE, incluindo o reconhecimento da recuperação dos efeitos negativos na CCEE decorrentes dos sinistros em unidades geradoras da Companhia; (iii) incremento dos custos com a compra de energia para revenda; (iv) aumento do consumo de combustíveis em razão do maior despacho da Usina Termelétrica William Arjona; (vi) reversão de passivos prescritos relativos à compra de energia e encargos de transmissão; e (vii) queda das despesas financeiras líquidas.

Ano de 2013 - (i) aumento do preço médio líquido de venda e da quantidade de energia vendida; (ii) variação negativa no resultado líquido das transações no mercado de curto prazo, inclusive na CCEE; (iii) aumento no lucro relativo às demais operações da Companhia; (iv) registro de *impairment* de ativos de geração termelétrica; e (v) reconhecimento de ganhos não recorrentes decorrentes de liquidação antecipada de dívida e de ação judicial favorável à Companhia relativa a juros e variação monetária sobre venda de energia.

Ano de 2012 - (i) ampliação do preço médio líquido de venda e da quantidade de energia vendida; (ii) elevação do resultado em decorrência do início da operação comercial de três novas unidades da UHE Estreito; (iii) redução da exportação de energia verificada em 2012; (iv) crescimento dos custos com a compra de energia para revenda; (v) incremento do resultado positivo nas transações realizadas no âmbito da CCEE; (vi) aumento de provisões operacionais; e (vii) crescimento das despesas financeiras líquidas em função da conjunção de menores rendas com aplicações financeiras e dos maiores juros e variações, monetárias e cambiais, sobre as dívidas.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda da Companhia são suportadas por contratos com cláusulas de reajuste de preço, em grande parte, pelo IPCA e pelo IGP-M. A receita da Companhia não está exposta a taxas de câmbio e não foi afetada pela introdução de novos produtos e serviços.

As variações das receitas da Companhia em decorrência de modificação de preço e alteração de volume estão explicadas no item 10.2.a (i).

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

c.1) Inflação e variação de preços nos custos de venda da energia elétrica

Energia elétrica comprada para revenda - Estas transações normalmente são realizadas através de contratos de médio e longo prazo, os quais possuem seus preços reajustados, na sua grande parte, pelo IGP-M e IPCA. O impacto médio referente ao reajuste de preço pelos índices de inflação no exercício de 2014 foi de cerca de R$ 27 milhões, e nos anos de 2013 e 2012 foi de aproximadamente R$ 18 milhões e R$ 29 milhões, respectivamente.

Combustível para a produção de energia elétrica - O preço do gás consumido na UTE Willian Arjona é denominado em dólar norte americano, equivalente em reais, e reajustado anualmente pela variação do *Producer Price Index* (*PPI*), um indicador do governo americano para *commodities* de uso industrial. Os preços do carvão não reembolsável pela CDE são negociados quando da contratação da aquisição ou da renovação do contrato e tem como indexador fórmulas paramétricas cujos principais componentes são o INPC e índices setoriais específicos, na sua maioria, publicados pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Os índices de correção não resultaram em efeitos relevantes no custo da Companhia, o qual foi afetado, substancialmente, pela variação das quantidades consumidas nos exercícios de 2014, 2013 e 2012.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão - São calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes - em maioria IGPM e IPCA. O efeito da variação desses indicadores de inflação no custo da Companhia foi de aproximadamente R$ 20 milhões, R$ 18 milhões e R$ 14 milhões em 2013 e 2012, respectivamente.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - O valor corresponde a 6,75 % sobre a quantidade de energia elétrica produzida, valorada por uma Tarifa Anual de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada quatro anos. A TAR vigente para o exercício de 2014 não sofreu reajustes em relação a que era praticada em 2013, não gerando impactos adicionais no custo da Companhia. Já nos exercícios de 2013 e 2012 os efeitos decorrentes dos reajustes de 3,5% e 6,6% foram de R$ 5 milhões e R$ 8 milhões em cada ano.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao câmbio

A Companhia não possui, em 31.12.2014, empréstimos expostos à variação da cotação de moeda estrangeira (R$ 129 milhões em 31.12.2013 e R$ 215 milhões em 31.12.2012). Em 31.12.2013 e 31.12.2012, os montantes expostos a tal variação correspondiam a 3,7% e 6,1%, respectivamente, do somatório consolidado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia.

Em setembro de 2013, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade de suas dívidas em dólar norte americano, contratadas junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no valor de R$ 64 milhões, extinguindo a exposição da Companhia ao dólar.

Em novembro de 2014, o empréstimo junto ao BNP Paribas foi liquidado antecipadamente, no montante de R$ 130 milhões, extinguindo a exposição da Companhia ao Euro.

A Companhia possui empréstimos contratados em dólar com *swap* integral para CDI, os quais são considerados como dívidas vinculadas à variação do CDI e não ao dólar. Estes empréstimos têm vencimentos em 2015 e 2016.

O resultado financeiro da Companhia em decorrência da variação cambial no exercício de 2014 foi impactado positivamente em R$ 3 milhões (efeito negativo de R$ 39 milhões em 2013 e de R$ 21 milhões em 2012). Estes efeitos representaram aproximadamente 0,2% do resultado operacional da Companhia em 2013 (2,0% em 2013 e 1,0% em 2012).

Em decorrência de não existirem saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira sem cobertura de *hedge*, o risco de impactos relevantes no seu resultado financeiro e caixa em decorrência da variação das moedas estrangeiras frente ao Real é nulo.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, CDI, IPCA e IGP-M. Os impactos dos juros e da variação monetária no resultado financeiro da Companhia nos exercícios de 2013, 2012 e 2011 foram os seguintes:

(Valores em R$ milhões)	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Concessões a pagar	Total
Exercício Social findo em 31.12.2014			
- Juros	235	152	387
- Variação monetária	16	73	89
Exercício Social findo em 31.12.2013			
- Juros	223	136	359
- Variação monetária	21	81	102
Exercício Social findo em 31.12.2012			
- Juros	236	121	357
- Variação monetária	19	86	105

10.3 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, o qual é composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou adquirida por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento representou 99,3% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2014. Os seguintes eventos resultaram em impactos na capacidade instalada da Companhia: (i) incremento de 65,5 MW em razão da incorporação ao parque gerador da Usina Termelétrica Ferrari; (ii) acréscimo de 60 MW resultante da entrada em operação das centrais Eólicas Fleixeiras I e Mundaú, ambas de 30 MW e pertencentes ao Complexo Eólico Trairí; (iii) aumento de 3 MW em razão da entrada em operação da Usina Fotovoltaica Cidade Azul; e (iv) redução de 66 MW decorrente do pedido de revogação definitiva da autorização da operação e a respectiva devolução à União da Usina Termelétrica Algrete feita pela Companhia à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Assim, a Tractebel Energia encerrou o ano de 2014 com um acréscimo de 62,5 MW, em relação à capacidade instalada de 2013.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são as seguintes:

- Ferrari Termoelétrica S.A.

Em fevereiro de 2014, a controlada integral TBLP concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A. pelo valor de R$ 176 milhões, cuja composição é a seguinte:

(i) R$ 161 milhões – valor pago na data do fechamento, dos quais R$ 46 milhões foram depositados em conta vinculada para liberação quando do cumprimento de determinadas condições precedentes, quais sejam: (a) R$ 34 milhões - implantação de melhorias na eficiência do processo de co-geração, obtenção de licença ambiental, bem como revisão da garantia física da usina para 35,6 MW médios; e (b) 12 milhões - revisão técnica do turbo gerador, conclusão de obras de adequação das subestações entre outras.

(ii) R$ 4 milhões – montante pago em abril de 2014, relativo ao ajuste de preço decorrente da variação do capital do giro e endividamento líquido entre a data da assinatura do contrato e a data do fechamento do negócio.

(iii) R$ 11 milhões – valor que será pago mediante o compromisso de fornecimento de combustível adicional pelo vendedor em quantidade e qualidade suficientes para que a UTE Ferrari gere 35,6 MW médios de energia elétrica.

O valor atualizado do depósito mencionado no item (i), no montante de R$ 48 milhões, somado ao compromisso citado no item (iii), resulta no montante total de R$ 59 milhões, o qual está registrado no passivo.

A Ferrari Termoelétrica S.A. é uma sociedade de propósito específico detentora de todos os ativos da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari (UTE Ferrari), um empreendimento de cogeração de energia a biomassa de cana-de-açúcar, em operação comercial desde junho de 2009, localizado no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo. A UTE Ferrari conta com uma capacidade instalada de 65,5 MW e capacidade comercial de 23,2 MW médios, dos quais 18,0 MW médios foram contratados em Leilões de Energia Elétrica destinados ao Ambiente de Contratação Regulada.

Em abril de 2014, a Companhia iniciou as atividades direcionadas à modernização e ampliação da UTE, de modo a elevar a sua capacidade comercial para 35,6 MW médios, bem como a de sua capacidade instalada para 80,5 MW.

- Projeto Campo Largo

Em junho de 2014, a TBLP, controlada integral da Companhia, concluiu o processo de aquisição das empresas CLWP Brasil II Participações Ltda. (CLWP II) e CLWP Brasil III Participações Ltda. (CLWP III), pelos montantes de R$ 22 milhões e R$ 40 milhões, respectivamente, dos quais R$ 9 milhões referem-se a parcelas condicionadas ao aumento de capacidade instalada, atualizadas pela variação do IPCA e de juros de 1,5% a.a.

O montante total da aquisição corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

A CLWP II é uma holding detentora de cinco SPE, totalizando um potencial de desenvolvimento de 150 MW. O desenvolvimento de tais projetos estão sendo avaliados pela Companhia.

A CLWP III é uma holding detentora de dez SPE, as quais totalizam um potencial total de desenvolvimento de 300 MW. Destas SPE, quatro deram início a construção dos parques eólicos a partir de novembro de 2014, tendo em vista a assinatura de contrato de fornecimento de seus aerogeradores. Um dos parques cuja construção teve início em 2014, vendeu sua energia no leilão promovido pela Aneel em novembro de 2014.

- Projeto Santo Agostinho

Em agosto de 2014 a controlada integral TBLP adquiriu os direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho, o qual é composto por vinte e quatro SPE, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um empreendimento de geração eólica, totalizando um potencial de desenvolvimento de 600 MW, todo localizados nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no Estado do Rio Grande do Norte.

O valor máximo de aquisição é de R$ 54 milhões, composto por um valor fixo de R$ 39 milhões e um valor vinculado a desempenho de até R$ 15 milhões, que será pago desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato. Na data da aquisição a Companhia pagou o montante de R$ 3 milhões relativos ao adiantamento previsto em contrato atualizado.

Em dezembro de 2014, a Companhia finalizou o processo de aquisição da primeira fase do projeto, tendo sido transferidas nove SPE e uma holding para seu controle. O valor de aquisição atualizado referente a esta primeira fase é de R$ R$ 21 milhões.

c. Eventos ou operações não usuais

Os principais eventos não usuais que impactaram no resultado da Companhia no exercício de 2014 foram os seguintes: (i) reversão do registro dos custos estimados de R$ 55 milhões, constituído em 2013, relativos aos efeitos da participação dos geradores no rateio dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), conforme estabelecido pela Resolução CNPE 03, visto a redução do risco de perda na ação judicial que contesta a cobrança desses valores; (ii) reversão de passivos prescritos relacionados à compra de energia e encargos de transmissão no valor de R$ 55 milhões e os respectivos encargos financeiros no montante de R$ 61 milhões; e (iii) reversão de provisão cível relativa à cobrança de valor adicional de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra (UHPP), no valor de R$ 92 milhões, motivada por decisão favorável à Companhia que reduziu o risco de perda na ação judicial.

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada – Benefícios a empregados

As práticas contábeis relativas ao reconhecimento e mensuração dos Benefícios a empregados foram alteradas e sua adoção se tornou obrigatória a partir de 01.01.2013.

A nova norma eliminou a abordagem do método do "corredor", que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários passarão a ser reconhecidos diretamente na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido.

Ademais, o cálculo da rentabilidade de ativos do plano passou a ser realizado com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente das obrigações com benefícios de aposentadoria.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em consequência das alterações das normas CPC 33 e IAS 19 para o registro de benefícios a empregados, conforme anteriormente mencionado, a Companhia ajustou retrospectivamente a 01.01.2012 os ativos, passivos e resultados com os benefícios de aposentadoria, bem como os respectivos efeitos no imposto de renda e contribuição social diferidos. Os referidos ajustes nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado estão descritos no item 10.1.h.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Anos de 2014, 2013 e 2012

Não houve ressalva no Relatório (Parecer) dos Auditores Independentes da Companhia relativo às Demonstrações Conteis dos exercícios findos em 31.12.2014, 31.12.2013 e 31.12.2012.

Transcrevemos no parágrafo a seguir, a ênfase padrão constantes dos relatórios dos auditores independentes emitidos sobre as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31.12.2013 e 31.12.2012, aplicável a todas as Companhias que possuem investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme exigências do Comunicado Técnico IBRACON nº 04/2010.

"Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo."

A ênfase padrão supracitada foi excluída dos relatórios dos auditores independentes emitidos sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2014, pois, em agosto de 2014, o IASB emitiu uma revisão do IAS 27 permitindo que as entidades adotem também o método de equivalência patrimonial na avaliação dos seus investimentos. A adoção antecipada desse procedimento eliminou a única inconsistência entre as práticas contábeis brasileiras e internacionais até então existentes, não sendo necessário qualquer ajuste retrospectivo nas demonstrações contábeis reportadas.

Também transcrevemos no parágrafo que segue, a ênfase apresentada pelos auditores independentes no relatório referente à auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2013, para enfatizar que as demonstrações contábeis de 31.12.2012 foram ajustadas para refletir a alteração de norma contábil requerida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

"Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 item s.1, em decorrência das mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto".

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, e alguns impactos relacionados às mudanças nessas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Companhia reconhece suas obrigações com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) os compromissos futuros decorrentes dos planos de benefício de pensão são descontados ao valor presente com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com duração média (*duration*) similar à esperada para pagamento dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados pelos seus valores de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais, os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade e previsão de crescimento salarial, de desligamento, e de rotatividade. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido à mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens - limitadas ao prazo da concessão ou autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando os mesmos são necessários.

c) Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de vida longa pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2013, a Companhia, baseada em suas análises, identificou a necessidade de constituir provisão para redução do valor recuperável de alguns de seus ativos de longa duração, no montante de R$ 73 milhões. Em 31.12.2014, não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

d) Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas

São definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

10.6 Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa do Novo Mercado e avalia que seus controles internos são suficientes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a Administração da Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na criação de novas ferramentas para revisão e controles internos. Desde 2006, a Companhia formalmente revisa e testa seus sistemas de controles internos, inicialmente para atender à Lei Sarbanes-Oxley e atualmente para atender a um programa específico de sua controladora principal, o Grupo GDF SUEZ, o qual é certificado com base em testes de validação dos processos realizados por auditores independentes que não sejam os responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Eventuais falhas detectadas nos sistemas de controles internos são registradas e corrigidas em planos de ação cuja implantação é verificada pelos auditores independentes, contratados especificamente para essa finalidade.

Ademais, o Conselho Fiscal, além de suas competências previstas na lei, tem a obrigação estatutária de avaliar os sistemas de gestão de risco e de controles internos da Companhia.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

As deficiências e recomendações sobre os controles internos, apontadas pelos auditores independentes, contratados especificamente para este fim e não aqueles responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia - são analisadas pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores durante a reunião anual de certificação do programa de controle interno da Companhia. Os planos de ações para as correções necessárias são registrados e sua implantação é verificada pelos auditores independentes (*Follow-up*). Não há nenhuma deficiência significativa apontada no relatório dos auditores independentes relativo aos exercícios sociais de 2014, 2013 e 2012 que possa resultar em impactos significativos para a Companhia.

Adicionalmente, os auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis da Companhia também realizam seus testes de controles internos, inclusive revisando alguns dos testes realizados para fins do programa de controles internos da Companhia. A última Carta de Recomendações emitida foi referente ao exercício encerrado em 31.12.2013. As principais considerações contidas neste relatório estão relacionadas ao seguinte: (i) formalização da política de constituição e reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) apresentação e mensuração da operação de empréstimo e *swap* junto ao Bank of America; (iii) abertura no balanço dos tributos sobre o lucro; (iv) registros contábeis efetuados fora do período de competência em virtude dos prazos de fechamento mensal adotadas pela Companhia; (v) definição de procedimento para extração de relatórios financeiros no sistema integrado de gestão empresarial; (vi) avaliação do contrato de mútuo firmado entre a controlada indireta da Companhia – Ibitiúva Bioenergética – e a Andrade Açucar e Álcool S.A.; (vii) apresentação dos efeitos oriundos da aplicação de novas práticas contábeis relativas ao reconhecimento e mensuração dos benefícios a empregados; (viii) identificação e alocação do ágio na aquisição de empresas, caso aplicável; (ix) avaliação dos cálculos da estimativa de ajuste relativos aos contratos de venda de energia através do Programa de Incentivo às Fonte Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa); e (x) controles específicos dos processos de tecnologia e informação. Os comentários reportados não comprometem o sistema de controles internos da Companhia nem foram relevantes para modificar a opinião dos auditores independentes.

10.7 Comentários dos diretores caso a Companhia já tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Em dezembro de 2014, a Companhia emitiu 165.000 debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, de série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R$ 1.000,00, perfazendo na data de emissão, o montante total de R$ 165 milhões. Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 6,3% a.a., incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento dessa remuneração será anual, ocorrendo o primeiro em

15.12.2015. O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, nas datas de 15.12.2022, 15.12.2013 e 15.12.2024.

A liquidação da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 23.12.2014 e os recursos obtidos destinam-se a financiar as obras de modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo.

A Companhia não obteve nos anos de 2013 e 2012 recursos resultantes de oferta publica de distribuição de valores mobiliários.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Descrição pelos diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

10.9 Comentários dos diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

10.10 Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, ao final do ano de 2014, detinha em andamento as obras dos Complexos Eólicos Santa Mônica e Campo Largo, do Projeto Ferrari e as obras de modernização das usinas de Passo Fundo e Salto Santiago. O total de gastos, até 31.12.2014, foi de R$ 619 milhões, sendo R$ 276 milhões provenientes de investimentos com recursos próprios e R$ 343 milhões de terceiros.

Os investimentos realizados em 2014 e os previstos para o período de 2015 a 2017, na data base de 31.12.2014, são os seguintes:

Valores em R$ milhões	Realizado 2014	Previsto 2015	Previsto 2016	Previsto 2017
Financiamento com:				
- Capital de terceiros	343	643	690	834
- Capital próprio	276	320	1.215	555
	619	963	1.905	1.389

No ano de 2014, a Companhia investiu R$ 89 milhões na construção de novas usinas, dos quais R$ 22 milhões nos parques eólicos em construção na Região Nordeste, R$ 23 milhões no complexo Santa Mônica e R$ 44 milhões na ampliação da UTE Ferrari. Houve, também, aquisição de novos investimentos dentre eles Campo Largo fases II e III, Santa Mônica, Ferrari e Santo Agostinho, no valor de R$ 302 milhões.

Adicionalmente, no mesmo ano, a Companhia investiu R$ 228 milhões em projetos de manutenção e revitalização do seu parque gerador, de forma a manter o alto grau de disponibilidade das usinas.

Os valores anteriormente mencionados não consideram a capitalização dos juros sobre o financiamento durante a fase de construção dos empreendimentos.

Os principais projetos e investimentos previstos para 2015 são: (i) a ampliação do parque gerador da Ferrari Termoelétrica S.A.; (ii) a construção dos Complexos Eólicos Santa Mônica e Campo Largo e da Usina Termelétrica Pampa Sul; e (iii) o prosseguimento do programa de revitalização e manutenção do parque gerador da Companhia.

Ademais, para os anos de 2015 e 2016, os investimentos previstos consideram a continuidade do programa de manutenção de longo prazo das usinas existentes e a modernização das Usinas Passo Fundo (2015) e Salto Santiago (2015 e 2016) e a previsão de reserva financeira para a aquisição da participação da Energia Sustentável do Brasil, empresa que, após a aprovação pelo BNDES e pelos bancos repassadores da venda de 20% da UHE Jirau para a Mitsui & Co. Ltd. em janeiro de 2014 passou a deter 40% do empreendimento, em Jirau.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais geralmente possuem financiamento da ordem de 60% a 70% do investimento total e o restante normalmente é coberto com recursos próprios. O BNDES é o financiador da maioria dos projetos da Companhia.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há previsão para desinvestimentos relevantes a serem realizados pela Companhia.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em consonância com o modelo de negócios do Grupo Econômico GDF SUEZ no Brasil, a controladora GSELA participa dos leilões e desenvolve os projetos hidrelétricos, mitiga os principais riscos, e então transfere os projetos para a Tractebel Energia. O momento da transferência é determinado pelo estágio do perfil de risco de cada projeto.

Nesse contexto, a GDF SUEZ, através da controlada Energia Sustentável do Brasil, está implantando a UHE Jirau, em construção em Porto Velho, Estado de Rondônia (RO), com potência nominal de 3.750 MW – já contemplando a ampliação do projeto da Usina para 50 unidades geradoras – na qual a GDF SUEZ detém participação de 40%.

Ainda conforme o modelo de negócios, o Comitê de Partes Relacionadas da Tractebel Energia negociará a aquisição com a GDF SUEZ - GSELA. Desta forma, há a perspectiva de o projeto ser transferido para a Tractebel Energia quando os principais riscos de desenvolvimento tiverem sido mitigados.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

Cabe mencionar que a Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% ao o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME) a fim de custear, principalmente, os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético brasileiro.

No final do ano de 2014, a Companhia e suas controladas tinham saldo de R$ 100 milhões para investimentos em projetos próprios, dos quais R$ 82 milhões serão assumidos por meio das obrigações de P&D existentes e daquelas a serem constituídas em exercícios futuros.

Parte substancial do valor já comprometido refere-se aos projetos de pesquisa e desenvolvimento direcionado à geração fotovoltaica (FV) de 3MWp , no qual a Companhia é a empresa proponente, que conta com outras 11 empresas do setor elétrico – chamadas de cooperadas – e com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando como entidade Executora, e do desenvolvimento e certificação de um aerogerador com tecnologia nacional e potência nominal de 3,3 MW, em parceria com a empresa WEG S.A. Estima-se um investimento de cerca de R$ 56 milhões e R$ 160 milhões, dos quais aproximadamente R$ 35 milhões e 70 milhões serão aportados pela Tractebel Energia, respectivamente.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciem de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens.

Anexo II

Artigo 9ª ICVM 481/09 – § 1º Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09:

Destinação do lucro líquido do exercício

1) Informar o lucro líquido do exercício	R$ 1.382 milhões (controladora)
2.a) Informar o montante global dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 775 milhões
2.b) Informar o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 1,1875973571 por ação ordinária
3) Informar o percentual sobre o lucro líquido do exercício distribuído	55% do lucro líquido distribuível ajustado [4]
4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	Não aplicável
5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:	
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe	R$ 172 milhões, correspondentes a R$ 0,2636276932 por ação ordinária.
b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio	A ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) no dia 30.04.2015.

[4] Lucro Líquido distribuível corresponde ao lucro líquido do exercício, deduzido das Reservas Legal (Não aplicável no exercício de 2014 em função de atingir o limite de 20% do Capital Social) e de Incentivos Fiscais e, ajustado pela realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído do ativo imobilizado, conforme orientação estabelecida no CPC 27 e ICPC 10), reconhecidas na conta "Lucros Acumulados".

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	Não aplicável
d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento	A data da declaração de pagamento será definida pela AGO.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores	
a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados	R$ 380 milhões de dividendos intercalares e R$ 223 milhões de crédito de juros sobre o capital próprio
b) Informar a data dos respectivos pagamentos	Início de pagamento dos dividendos intercalares ocorreu em 26.11.2014 e dos juros sobre o capital próprio em 17.03.2015.

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:	
a) Lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores	2014 = R$ 2,1177862004 2013 = R$ 2,2001213000 2012 = R$ 2,2833731575
b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos últimos 3 exercícios	2014 = R$ 1,1875973571 2013 = R$ 2,2584046518 2012 = R$ 2,3690660667(*)

(*)Anterior à aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1).

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal	
a) Identificar o montante destinado à reserva legal	Não aplicável, pois o montante constituído atinge o limite legal de 20% sobre o Capital Social integralizado.
b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	Não aplicável para 2014, quando aplicável corresponde a 5% do lucro líquido do exercício.

9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos mínimos	Não aplicável

10) Em relação ao dividendo obrigatório	
a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto	O estatuto social da companhia prevê que em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. - A Companhia levantará balanço semestral podendo, o Conselho de Administração, declarar dividendos intercalares com base no mesmo. - A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos intercalares em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1.º do artigo 182 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

	- A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios. - Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente	Sim
c) Informar o montante eventualmente retido	Não aplicável

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia	
a) Informar montante da retenção	Não aplicável
b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos	Não aplicável
c) Justificar a retenção dos dividendos	Não aplicável

12) Havendo destinação do resultado para reserva de contingências	
a) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
b) Identificar a perda considerada provável	Não aplicável
c) Explicar porque a perda foi considerada provável	Não aplicável
d) Justificar a constituição da reserva	Não aplicável

13) Havendo destinação do resultado para reserva de lucros a realizar	
a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar	Não aplicável
b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva	Não aplicável

14) Havendo destinação do resultado para reservas estatutárias	
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabeleceram a reserva	Não aplicável
b) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável

15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital	
a) Identificar o montante da retenção	634 milhões
b) Fornecer cópia do orçamento de capital	Arquivado na CVM e BM&FBovespa via sistema Empresas.Net

16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais	
a) Informar o montante destinado à reserva	R$ 12 milhões

b) Explicar a natureza da destinação	A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra.

Anexo III

Orçamento de Capital
Em milhares de Reais

	A realizar		
Fontes	**2015**	**2016**	**Total**
Retenção de lucros do exercício de 2014 (Artigo 196 da Lei das S.A.)	634.250	-	634.250
Retenção de lucros do exercício de 2010 para aquisição de Jirau	510.796	-	510.796
Capital de terceiros para programa de investimentos	643.423	690.381	1.333.804
Geração interna de caixa	-	389.576	389.576
Total das fontes	**1.788.469**	**1.079.957**	**2.868.426**
Aplicações			
Usina Termelétrica Pampa Sul	255.796	662.106	917.902
Parque Eólico Santa Mônica I e II	248.260	188.033	436.293
Parque Eólico Campo Largo	40.621	152.881	193.502
Ferrari Termoelétrica S.A.	36.500	4.091	40.591
Reserva para aquisição de Jirau	-	510.796	510.796
Manutenção parque produtivo	382.229	387.113	769.342
Total das aplicações	**963.406**	**1.905.020**	**2.868.426**

Anexo IV

Dados relativos aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores para as eleições de membros do conselho fiscal da Companhia, conforme exigências contidas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência referenciado pela Instrução CVM 480/09

Os dados relativos aos candidatos apoiados por seus acionistas controladores para a composição do Conselho Fiscal são os apresentados nos quadros a seguir:

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional do conselho fiscal

Conselho de Fiscal

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Paulo de Resende Salgado	69	Conselho Fiscal	30.04.2015	Até a AGO de 2016
161.008.917-00	Economista	40 - Presidente do C.F. (Efetivo)	30.04.2015	Sim
-				
Carlos Guerreiro Pinto	72	Conselho Fiscal	30.04.2015	Até a AGO de 2016
047.615.457-04	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)	30.04.2015	Sim
-				
Flávio Marques Lisboa Campos	64	Conselho Fiscal	30.04.2015	Até a AGO de 2016
118.388.096-00	Engenheiro	46 - C.F.(Suplente)	30.04.2015	Sim
-				
Manoel Eduardo Bouzan de Almeida	62	Conselho Fiscal	30.04.2015	Até a AGO de 2016
269.006.377-87	Contador	46 - C.F.(Suplente)	30.04.2015	Sim
-				

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Não aplicável

12.8 - Membros do Conselho Fiscal indicados pela acionista controladora.

a. Currículos dos Membros do Conselho Fiscal indicados.

Paulo de Resende Salgado - 161.008.917-00

Nascido em 02.07.1945, é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, possui pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em Executivo Financeiro, MBA Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capital Market FGV-AID-EUA. Foi Vice-Presidente do Citibank, Superintendente de Investimento no Banco Econômico de Investimentos S.A., Diretor de Underwriting e Privatização no Banco Nacional S.A., onde participou do projeto de privatização da Light e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Atuou, também, como Diretor da Nacional Energética S.A. e da IVEN S.A, e como Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. e como Consultor Econômico da Agenda Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.

Firmou declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Carlos Guerreiro Pinto - 047.615.457-04

Nascido em 17.06.1942, é formado em Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM), é Pós-Graduado em Administração de Empresas pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), concluiu Curso de Gerência Financeira pelo Centro de Treinamento do Citibank N.A. e é certificado em Parceria para o Desenvolvimento Empresarial pela Fundação Dom Cabral. Foi responsável pela estruturação da área de Open Market do Banco Nacional, sendo também designado Diretor da Área de Risco de Negócios. Adicionalmente, atuou como Presidente da Sinal Corretora de Valores. Exerceu as funções de Diretor Fiscal, nomeado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), reguladora das empresas de planos privados de saúde, no período de março/2010 a novembro/2011, como auditor nas operadoras colocadas em regime especial de Direção Fiscal. Atualmente é Consultor Convidado da Fundação Getúlio Vargas, prestando serviços de consultoria em Gestão no Instituto Estadual do Ambiente – INEA e na SEA – Secretaria Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro.

Firmou declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Flávio Marques Lisboa Campos - 118.388.096-00

Nascido em 17.11.1950, é Engenheiro Civil, graduado em 1973, pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é o CEO América Latina da Tractebel Engineering Latin America (Tractebel Engineering – GDF SUEZ Group). Foi Diretor Geral e CEO da Leme Engenharia Ltda. de 2002 a 2010, tendo exercido as seguintes atividades nesta empresa: 1994 a 2002 – Diretor Geral e Executivo; 1992 a 1994 - Diretor de Desenvolvimento de Negócios, atuando na coordenação de estratégias de comercialização, prospecção e viabilização de negócios, negociações de contratos com clientes e administração das despesas de desenvolvimento; 1988 a 1992 - Diretor Técnico, atuando nas áreas de Geração Elétrica e Barragens, Sistemas Elétricos e Projetos Industriais, com destaque para supervisão técnica e elaboração dos contratos de vários projetos; e de 1976 a 1988 – atuando na área técnica com Chefe do Setor de Engenharia Hidráulica e Gerente de diversos projetos de grande porte. Trabalhou como Engenheiro Civil de 1972 a 1976 nas empresas Elektrowatt Ingenieros Consultores, Guatemala City, Guatemala, Elektrowatt Engineering Services, Zurick, Switzerland e Eletroprojetos S.A. – Estudos de Engenharia. Atualmente participa da Diretoria da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e, também, é membro dos seguintes conselhos: Conselho Diretor da Sociedade Mineira de Engenheiros e do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE).

Firmou declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Manoel Eduardo Bouzan de Almeida - 269.006.377-87

Nascido em 03.04.1952, é Bacharel em Ciências Contábeis, formado em 1978 na Faculdades Integradas Simonsen, no Rio de Janeiro. Trabalhou no ramo da indústria de 1969 a junho de 1995 exercendo diversas funções administrativas, chegando ao cargo de gerente administrativo e contábil. No segundo semestre de 1995 foi convidado para exercer as funções de contador no projeto energético de Serra da Mesa, da empresa Serra da Mesa S.A., permanecendo até junho de 1998, onde se transferiu para o Grupo Tractebel (Atualmente GDF SUEZ), para trabalhar na holding como contador, onde permaneceu até a sua aposentadoria, no final de junho de 2011.

Firmou declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 - Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores da Companhia

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos indicados para compor o Conselho Fiscal e os demais administradores da Companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos indicados para compor o Conselho Fiscal e os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos indicados para compor o Conselho Fiscal e os acionistas controladores, diretos ou indiretos, da Companhia.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos indicados para compor o Conselho Fiscal e os administradores das sociedades controladoras, diretas e indiretas, da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: ***a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia***

As pessoas indicadas pela controladora para compor o Conselho Fiscal não exerceram, nos 3 últimos exercícios sociais, qualquer função executiva em sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Anexo V

Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do referido formulário de referência

13. Remuneração dos Administradores

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal é baseada nas práticas de mercado, e visa atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia. Considera os conhecimentos exigidos, a complexidade das atividades e os resultados esperados de cada cargo.

b. Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

O valor da remuneração global anual dos administradores (membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal) é definido para o Exercício Social anualmente pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.

Sua composição é estabelecida pelo Conselho de Administração, conforme abaixo:

- Conselho de Administração

O valor anual estabelecido para cada Conselheiro é pago em 13 parcelas mensais, e eventuais parcelas variáveis podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas.

O presidente do Conselho recebe remuneração maior que os demais membros, e de acordo com os resultados apresentados, também recebe uma parcela variável com base nos resultados alcançados pela Companhia, considerando indicadores financeiros, metas e seus resultados operacionais. O membro eleito pelos empregados poderá receber ainda um bônus calculado com base no número de remunerações mensais pagas aos empregados como Participação nos Lucros ou Resultados.

- Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é dividida entre parcelas fixa e variável, e seu valor anual é aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia compõem a remuneração indireta, tais como: assistência à recuperação da saúde, seguro de vida e previdência complementar.

O valor do bônus pode variar entre 35% e 88% da remuneração anual fixa, de acordo com o cargo do executivo, seus desafios e metas estabelecidas. O pagamento ocorre no primeiro semestre do ano seguinte, após o fechamento do exercício base, de acordo com o cumprimento das metas estabelecidas.

- Diretoria Não Estatutária

A Companhia não tem Diretoria não estatutária instalada.

- Conselho Fiscal

O pró-labore dos membros do Conselho Fiscal é fixado pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia que os eleger e não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da média da remuneração mensal dos Diretores - sem considerar os benefícios e remuneração variável.

- Comitês

A Companhia possui comitês que participam direta ou indiretamente do processo decisório da Companhia, e não existe uma remuneração adicional para os seus membros, exceto para o Líder do Comitê Estratégico, que recebe uma remuneração adicional mensal igual à dos membros do Conselho de Administração, onde também participa como Conselheiro.

- Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas

Para o Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração poderá estabelecer remuneração complementar aos seus membros, bem como deferir a eles outras vantagens e proteções para a preservação da sua independência e autonomia.

Este comitê foi instalado em 04.05.2012 para analisar uma transação específica e desinstalado nesta mesma data, após a aprovação desta matéria no Conselho de Administração. Nos últimos três exercícios não ocorreram pagamentos a título de remuneração para os participantes desse do Comitê.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração do Conselho de Administração é fixa para todos os seus integrantes, exceto para o Presidente do Conselho e para o Conselheiro eleito pelos empregados da Companhia, que também recebem remuneração variável. A remuneração variável do Presidente do Conselho pode alcançar até 88% da remuneração fixa e a do conselheiro eleito pelos empregados a até 40% da sua remuneração fixa. Já a remuneração do Conselho Fiscal é fixa em sua totalidade.

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é estabelecida com base no mercado, e seu valor é pago em 13 parcelas mensais. A parcela variável pode variar de 35% a 88% da remuneração anual fixa.

A participação da remuneração fixa, remuneração variável e dos benefícios reconhecidos, em relação à remuneração total, estão representadas pelos percentuais a seguir:

	2014	2013	2012
Conselho de Administração			
Remuneração fixa	81%	87%	88%
Remuneração Variável	19%	10%	9%
Benefícios	-	3%	3%
Conselho fiscal			
Remuneração fixa	100%	100%	100%
Remuneração Variável	-	-	-
Benefícios	-	-	-
Diretoria Estatutária			
Remuneração Fixa	53%	56%	54%
Remuneração Variável	45%	39%	41%
Benefícios	2%	5%	5%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Administradores da Companhia é monitorada periodicamente com base em pesquisas de mercado, contratadas junto a consultorias especializadas de primeira linha, com o objetivo de permitir comparações entre o valor pago aos executivos por empresas de porte e faturamento semelhantes, com maior participação das que atuam no setor elétrico brasileiro, bem como com a observância da consistência interna no grupo econômico controlador, GDF SUEZ.

A definição dos valores das parcelas fixas da Diretoria Estatutária é estabelecida considerando-se como base a mediana de mercado obtida em pesquisas como as citadas anteriormente, de acordo com a natureza e responsabilidades de cada cargo.

Da mesma forma, a parcela variável é estabelecida considerando-se as práticas de mercado para cada cargo, e seu pagamento considera os resultados financeiros e operacionais obtidos pela Companhia, tais como lucro líquido, EBITDA, bem como o cumprimento de metas específicas, negociadas previamente, e aspectos gerenciais e comportamentais.

O reajuste da remuneração dos administradores é anual, no mês de janeiro, e leva em consideração, além das questões de mercado citadas anteriormente, que podem recomendar alterações salariais, a inflação do período passado desde o último reajuste.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal é baseada nas práticas de mercado, e visa atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia.

O Conselho de Administração tem sua remuneração seguindo padrões de mercado para empresas similares.

A Diretoria Estatutária tem sua remuneração monitorada periodicamente com base no mercado. A remuneração variável depende do cumprimento de metas coletivas e individuais, dos resultados da companhia e da contribuição de forma solidária em ate 10% do resultado do grupo econômico controlador.

O Conselho Fiscal tem sua remuneração estabelecida no valor mínimo equivalente a 10% da remuneração média da Diretoria Executiva. Este Conselho não tem remuneração variável.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No posicionamento da remuneração dos administradores em relação ao mercado, são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, grau de contribuição aos resultados, desempenho geral e experiência.

A remuneração variável (bônus) está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais, e considera:

- indicadores financeiros do ano: Evolução do EBTIDA da Companhia, geração de caixa livre, resultado líquido da Companhia, solidariedade com os resultados do grupo econômico controlador, etc;

- indicadores individuais e operacionais: cumprimento de metas, resultados industriais e/ou financeiros;

- questões comportamentais e gerenciais.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O pró-labore (remuneração fixa) e os benefícios são estabelecidos em função de pesquisas de mercado e não são alterados durante o exercício, pois são definidos para cada ano dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas para o Exercício Social (Janeiro a Dezembro).

A remuneração variável (bônus) está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais, e considera:

- indicadores financeiros do ano que representam em média 40% do valor do bônus anual;

- indicadores individuais e operacionais que representam em média 40% do valor do bônus anual;

- questões comportamentais e gerenciais, que representam em média 20% do valor do bônus anual.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

O valor da remuneração variável anual dos executivos depende do cumprimento dos objetivos de curto prazo da Companhia.

Para objetivos de médio e longo prazo, a Companhia ainda não tem estabelecido para seus executivos incentivos diretos de alinhamento. Entretanto, o grupo econômico da qual a Companhia faz parte tem uma política de opção de compra de ações do Grupo, em Paris, a valores pré-estabelecidos, e um programa de doação de ações *(free shares)* no futuro caso os resultados estabelecidos para estas doações venham a se concretizar.

De um modo geral, estas *free shares* e opções de compras não são de valores relevantes em relação à remuneração anual dos executivos da Companhia, conforme detalhamento no item 13.16 – desta Proposta da Administração.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há pagamentos realizados por subsidiárias e, nos casos de empresas com controle compartilhado com sócios não participantes do grupo econômico, quando existirem remuneração por participação em seus conselhos, os valores percebidos pelos administradores são devolvidos para a Companhia. O Grupo Controlador não faz nenhum tipo de pagamento a Diretoria da Tractebel Energia, exceto os citados na letra "e", de cunho corporativo e com objetivo de reforçar o sentimento de fazer parte de um grupo mundial.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não se aplica à Companhia.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31.12.2015 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros ("b")	18,0	7,0	3,0	
Remuneração fixa anual	5.121.323,30	8.198.224,28	477.335,04	13.796.882,62
Salário ou pró-labore	3.849.443,43	5.805.993,50	372.918,00	10.028.354,93
Benefícios direto e indireto	-	650.967,85	-	650.967,85
Participações em comitês	213.540,00	-	-	213.540,00
Outros	1.058.339,87	1.741.262,93	104.417,04	2.904.019,84
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	
Remuneração variável	1.195.632,06	6.802.743,91	-	7.998.375,97
Bônus	934.087,55	5.314.643,68	-	6.248.731,23
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	261.544,51	1.488.100,23	-	1.749.644,74
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	-	-
Pós-emprego	37.819,09	427.421,97	-	465.241,06
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	18 membros para todo o ano	7 membros para todo o ano	3 membros para todo o ano	-
Total da remuneração	6.354.774,45	15.428.390,16	477.335,04	22.260.499,65

Em 2015 será submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, prevista para ocorrer no dia 30.04.2015, o valor global da remuneração anual dos Administradores, fixado em até R$ 24 milhões (vinte e quatro milhões de reais para o exercício social de 2015), mesmo montante proposto em 2014.

Este montante permite incluir eventuais desligamentos decorrentes do programa de desligamento voluntário da Diretoria, aprovado no final de 2013.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2014 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros (“b”)	18,0	7,0	3,0	
Remuneração fixa anual	4.636.326,54	7.608.527,64	415.800,00	12.660.654,18
Salário ou pró-labore	3.564.857,97	5.405.290,53	346.500,00	9.316.648,50
Benefícios direto e indireto	-	596.433,05	-	596.433,05
Participações em comitês	201.000,00	-	-	201.000,00
Outros	870.468,57	1.606.804,06	69.300,00	2.546.572,63
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	
Remuneração variável	1.133.300,57	6.448.098,55	-	7.581.399,12
Bônus	885.391,04	5.037.577,00	-	5.922.968,04
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	247.909,53	1.410.521,55	-	1.658.431,08
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	-	-
Pós-emprego	36.997,90	397.923,27	-	434.921,17
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	18 membros para todo o ano	7 membros para todo o ano	3 membros para todo o ano	-
Total da remuneração	5.806.625,01	14.454.549,46	415.800,00	20.676.974,47

Em 2014 foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO o valor global da remuneração anual dos Administradores, fixado em até R$ 24 milhões para o exercício social de 2014.

Este montante foi estabelecido prevendo o valor de bônus máximo para os administradores, que não foi integralmente realizado e também previa o programa de sucessão de executivos com plano de desligamento voluntário, cujos desligamentos previstos para 2014 não ocorreram.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2013 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros (“b”)	17,9	7,0	3,0	
Remuneração fixa anual	4.305.595,65	7.031.288,56	388.444,80	11.725.329,01
Salário ou pró-labore	3.342.378,62	5.019.923,94	323.679,00	8.685.981,56
Benefícios direto e indireto	-	508.197,27	-	508.197,27
Participações em comitês	188.658,00	-	-	188.658,00
Outros	774.559,03	1.503.167,35	64.765,80	2.342.492,18
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais.	Encargos sociais	Encargos sociais.	
Remuneração variável	499.756,33	4.879.385,99		5.379.142,32
Bônus	383.761,05	3.818.693,79	-	4.202.454,84
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	115.995,28	1.060.692,20	-	1.176.687,48
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais.	Encargos sociais.	-	-
Pós-emprego	131.694,48	689.044,54	-	820.739,02
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	17 membros durante 12 meses e 1 membro durante 11 meses	7 membros durante todo o ano	3 membros durante todo a ano	-
Total da remuneração	4.937.046,46	12.599.719,09	388.444,80	17.925.210,35

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2012 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros (“b”)	17,8	7,0	3,0	
Remuneração fixa anual	4.182.705,00	6.530.705,19	351.739,12	11.065.149,31
Salário ou pró-labore	3.186.271,82	4.744.042,54	293.115,93	8.223.430,29
Benefícios direto e indireto	-	431.819,64	-	431.819,64
Participações em comitês	175.723,41	-	-	175.723,41
Outros	820.709,77	1.354.843,01	58.623,19	2.234.175,97
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais.	Encargos sociais	Encargos sociais.	
Remuneração variável	431.390,22	4.957.760,54		5.389.150,76
Bônus	329.805,98	3.880.467,00	-	4.210.272,98
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	101.584,24	1.077.293,54	-	1.178.877,78
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais.	Encargos sociais.	-	-
Pós-emprego	126.258,10	548.946,52	-	675.204,62
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	17 membros durante 12 meses e 1 membro durante 9 meses	7 membros durante todo o ano	3 membros durante todo o ano	-
Total da remuneração	4.740.353,32	12.037.412,25	351.739,12	17.129.504,69

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente:

Eventuais remunerações variáveis do Conselho de Administração podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas. Não há remuneração variável para membros do Conselho de Fiscal. As informações são apresentadas na tabela abaixo:

Previsto para o Exercício Social de 2015

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Número de membros remunerados	2,0	7,0
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.195.632,07	6.802.743,91
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	730.225,02	4.565.116,58
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-

Os valores acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações

Reconhecido nos 3 (três) últimos exercícios:

Diretoria Estatutária (Valores em Reais)	2014	2013	2012
Número de membros remunerados	7,0	7,0	7,0
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	6.695.504,32	5.379.142,36	5.205.648,57
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	4.565.116,58	4.218.773,14	4.957.760,54
Valor efetivamente reconhecido no resultado	6.448.098,55	4.879.385,99	4.957.760,54
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-

Os valores acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações

Conselho Administração (Valores em Reais)	2014	2013	2012
Número de membros remunerados	2,0	2,0	2,0
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.133.300,57	966.104,81	766.968,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	730.225,02	707.098,97	383.484,08
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.133.300,57	499.756,33	431.390,22
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-

Os valores acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Até a data de apresentação desta Proposta da Administração, a Companhia não possui nenhum plano em vigor de remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

A Companhia não tem programa de incentivo baseado em cotas ou ações da Tractebel Energia. Entretanto, sem ônus e sem vinculação com os seus resultados, os administradores da Companhia, assim como os seus empregados, podem participar de programa estabelecido pelo grupo controlador, cujos valores não apresentam percentual significativo em relação remuneração anual.

Os membros do Conselho de Administração, inclusive Diretores que também são membros deste Conselho, detinham, em 31.12.2014, 381.132 ações de emissão da Tractebel Energia, equivalente a 0,058389% do total das ações emitidas.

Conforme orientação da CVM, quando um membro da Diretoria fizer parte do Conselho de Administração, os seus valores mobiliários são divulgados exclusivamente no montante detidos pelos membros do Conselho de Administração.

A cotação da ação da Companhia em 31.12.2014 era de R$ 33,83 por ação. (Vide informações adicionais sobre o item 13.5 no quadro 13.16).

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Até a data de apresentação desta Proposta da Administração, a Companhia não possui nenhum plano de remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

13.7 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Até a data de apresentação desta Proposta da Administração, a Companhia não possui nenhum plano em vigor de remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Até a data de apresentação desta Proposta da Administração, a Companhia não possui nenhum plano em vigor de remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "13.6" a "13.8", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Até a data de apresentação desta Proposta da Administração, a Companhia não possui nenhum plano em vigor de remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	3,0	7,0
Nome do Plano	Plano CD	Plano CD
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2,0	6,0
Condições para se aposentar antecipadamente	1,0	1,0
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	1.459.383,64	6.602.471,62
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	129.829,62	370.590,98
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não Aplicável	Não Aplicável

13.11 Remuneração Média dos Administradores

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
(Valores em Reais)	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012
Nº de membros	18	17,9	17,8	7,0	7,0	7,0	3,0	3,0	3,0
Valor da maior remuneração	1.599.840,30	1.163.329,63	1.251.844,13	3.385.348,93	2.455.228,97	3.117.711,49	138.600,00	129.471,60	117.246,37
Valor da menor remuneração	130.800,00	122.794,80	114.357,85	1.382.199,78	866.467,04	953.659,43	138.600,00	129.471,60	117.246,37
Valor médio da remuneração	322.590,28	275.812,65	266.311,98	2.064.935,54	1.799.959,87	1.719.630,32	138.600,00	129.481,60	117.246,37

Os valores acima consideram a remuneração fixa e variável e incluem encargos sociais sobre as remunerações.

Os membros da Diretoria e dos Conselhos identificados com a maior e menor remuneração exerceram o cargo durante os doze (12) meses dos anos.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A remuneração total dos membros do Conselho de Administração que têm contratos de trabalho vinculados aos controladores diretos e indiretos da Companhia correspondem a 72%, 77%, e 69% nos anos de 2014, 2013 e 2012, respectivamente. Na Diretoria Executiva, o contrato de trabalho do Diretor presidente é mantido com a controladora. Sua remuneração é integralmente paga pela Tractebel Energia e representa 26%, 26% e 24% da remuneração total da Diretoria em 2014, 2013 e 2012, respectivamente. No Conselho Fiscal não há membros que possam ser considerados como partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A Tractebel Energia tem membros do seu Conselho de Administração e Diretoria Executiva que compõem o Conselho de Administração e Diretoria da sociedade sob controle comum Itá Energética S.A. (Itasa). A partir de abril de 2014, a remuneração do Conselho de Administração foi revista e alterada conforme AGO de 30.05.2014. Os valores reconhecidos no resultado da referida controlada relativo ao pagamento da remuneração destes Administradores, os quais são deduzidos de seus bônus anuais, são os apresentados no quadro a seguir.

(Valores em Reais)	2014	2013	2012
Conselho de Administração da Tractebel Energia			
Número de membros remunerados	4,0	4,0	4,0
Valor	195.076,80	655.200,00	638.400,00
Diretoria Estatutária da Tractebel Energia			
Número de membros remunerados	3,0	3,0	3,0
Valor	117.057,60	374.400,00	364.800,00
Total	312.134,40	1.029.600,00	1.003.200,00

Os valores recebidos pelos Diretores da Tractebel Energia como membros do Conselho de Administração da Itasa são deduzidos dos seus bônus anuais.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

O Grupo Controlador mantém um programa de opção de compra de ações da controladora GDF SUEZ na Bolsa de Valores de Paris - França para seus principais executivos no mundo, estabelecido com base em suas principais responsabilidades, e de prêmio em ações por desempenho ou bônus, que pode ser concedido, dentro das condições estabelecidas, a todos os empregados.

No quadro abaixo apresentamos a média de atribuições de ações do Grupo Controlador aos membros da Diretoria Executiva da Companhia:

	Plano de 2014	Plano de 2013	Plano de 2012
b) Ações por desempenho (*Perfomance Shares*)			
Quantidade	3.214	2.600	3.214
Valores em reais 31.12.2014	201.519,76	142.948,00	176.705,72
c) Ações Gratuitas (*Free Shares*)			
Quantidade	-	-	35
Valores em reais 31.12.2014	-	-	1.924,30

Notas:

- O valor da ação da GDF SUEZ, na Bolsa de Paris, tem as seguintes cotações:

	Euros	Reais
31.12.2014	19,43	62,70
31.12.2013	17,04	54,98
31.12.2012	15,48	41,99

- O número de ações por desempenho (Performance Shares) é reduzido na medida em que determinados índices financeiros da controladora GDF SUEZ não são atingidos. As ações somente são transferidas aos diretores após cinco anos de sua emissão, e a quantidade final depende dos resultados financeiros do grupo controlador neste período.

- A ações gratuitas concedidas em um ano somente são disponibilizadas para o executivo quatro anos após sua concessão e, caso determinadas metas não sejam cumpridas, o número de ações pode ser reduzido ou até eliminado.

Anexo VI

Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2014

14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia

a. Política de salários e remuneração variável

Política de remuneração:

A política de remuneração da Companhia é a de manter um sistema de remuneração alinhado às práticas de mercado, que atenda os interesses da Companhia e de seus empregados. Dessa forma, deve considerar que:

- O valor pago a cada empregado, por seu trabalho na Companhia, deve ser compatível com o valor desse trabalho no mercado;
- A remuneração deve refletir as responsabilidades de cada empregado, o grau de desempenho e os resultados alcançados, individualmente e em equipe.

Participação nos Lucros ou Resultados (PLR):

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável que contempla o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR). Esta remuneração é concedida a todos os empregados da Companhia e condicionada aos Resultados Empresariais, medidos pelo EBITDA e o Lucro Líquido do período, além de atingimento de Metas Corporativas e avaliação dos Comportamentos aderentes à Cultura Organizacional. Estes critérios são negociados com os sindicatos e estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O pagamento da PLR propicia praticar valores de remuneração competitivos aos praticados pelo mercado de trabalho no Brasil.

A proposta da administração contempla o valor de até R$ 26 milhões a título de PLR dos empregados, relativa ao exercício de 2014, a ser distribuído de acordo com os critérios definidos no Sistema de Remuneração da Empresa e Acordos Coletivos de Trabalho.